



EMPREENDEDORISMO: UMA CULTURA DE EMPRESA E DE INOVAÇÃO

I. Considerações Gerais

Para haver empreendedorismo têm que existir **empreendedores** (pessoas) que actuam de acordo com uma **lógica de mercado**. Ou seja, para haver **empreendedorismo**, o empreendedor tem que associar um espírito criativo e inovador com um espírito empresarial, ou seja tem que estar inserido num quadro organizacional que é a **empresa**.

Nenhum dos dois isoladamente define o "empreendedor". Porque, do que se trata, é de **transformar ideias** inovadoras, que podem ou não ser suportadas em inovações tecnológicas - o caso da "revolução do digital" - num **projecto empresarial** cujo foco tem que estar no mercado.

Grandes ideias podem não ter sucesso empresarial, mas seguramente **sem ideias** e que sejam preferencialmente inovadoras o sucesso é um objectivo bem mais difícil de atingir. Projectos que se limitem a copiar o existente podem aguentar-se e, se a procura for favorável, poderão dar lucro; mas, a prazo, irão sofrendo a concorrência dos que inovam a revelar-se-ão cada vez menos sustentáveis (e sê-lo-ão tão mais depressa quanto a oferta tender a ultrapassar a procura).

Em Portugal, temos bastantes pessoas dotadas de um espírito criativo, mas já temos menos pessoas que associem este espírito a uma **cultura de empresa**, sendo que esta dificilmente floresce pelo contributo de uma só pessoa (mesmo quando esta mesma pessoa se chama Bill Gates ou Steve Jobs), e implica um trabalho colectivo, envolvendo competências e capacidade de inovar em múltiplos domínios.

Uma empresa não é um **mero registo** que se faz no Instituto dos Registos e do Notariado para atribuição de personalidade jurídica e identificação fiscal e que até pode hoje, ser feita "on-line", com o programa "empresa na hora". Uma empresa só o é realmente se estiver suportada num **projecto empresarial** e numa **organização** (mesmo que se trate de uma microempresa ou de uma empresa em nome individual).

Também aqui os portugueses são, muitas vezes, vistos como empreendedores porque dotados de uma elevada capacidade para encontrar soluções práticas que permitam resolver problemas concretos e que está associado à expressão "desenrascanço". Mas, se esta característica potencia o empreendedorismo não pode ser confundida com ele. Porque, como dissemos, para nós empreendedorismo significa uma cultura organizacional e um projecto estruturado.

Nem todo o empreendedorismo tem que ter por base uma inovação tendencialmente disruptiva. Não é preciso "inventar" para falarmos de empreendedorismo, a maioria dos projectos empreendedores comportam inovações funcionais ou incrementais, ou seja, trabalham com soluções existentes e combinam-nas oferecendo respostas inovadoras (no modo de vender um produto ou actuando sobre o próprio conceito de produto).

É frequente dizer-se que em Portugal fazemos bons **estudos** e razoáveis diagnósticos (embora nos confrontemos ainda com alguma falta de informação de base), mas somos menos bons quando se trata de projectar e de planear e somos igualmente débeis no executar e no concretizar, sobretudo, quando se trata de acções diferíveis no tempo.

Um **projecto empresarial** tem que começar por estar alicerçado numa correcta **leitura de mercado** (do que existe, das necessidades por preencher e das condições em que essas necessidades são absorvidas pelo mercado). Desta leitura resulta a viabilidade do projecto, desde logo, na relação custo/benefício, o que pressupõe conhecer o perfil socioeconómico do público alvo. Muitas vezes, os planos de negócios tendem a sobrestimar a procura existente e a subestimar os custos envolvidos o que a não suceder, evitaria muitos projectos que nunca conseguem ser rentáveis.

Não seremos nós quem dirá que o financiamento não é um factor crítico de um projecto, sobretudo, de um **projecto inovador com risco associado**. Mas, antes do financiamento a estruturação do projecto e o modelo de negócios associado são mesmo requisitos prévios essenciais. Boas ideias podem morrer se o projecto e o modelo de negócios forem mal feitos e assentarem num projecto que é financeiramente inviável.

Um projecto inovador é sempre um **projecto de risco**. E é fundamental não confundir a necessidade de afastar projectos manifestamente inviáveis ou sem sustentabilidade financeira, com o assumir da **disposição para o risco** que um projecto inovador, em maior ou menor escala, comporta. O empreendedorismo sem risco não é um verdadeiro empreendedorismo. Mas todo o empreendedor tem que medir a probabilidade de sucesso do projecto e não acreditar em actos de magia ou em santos milagreiros. Um projecto só é bom se gerar procura e esta é sempre mais difícil de prever do que fixar as condições da oferta, mas não pode ser completamente aleatória.

Agora o que a experiência mostra é que um **investidor de risco** se perde dinheiro numa parte (talvez a maioria das vezes) dos projectos que financia, quando tem sucesso o ganho obtido é várias vezes superior ao das perdas registadas nos restantes.

É, aliás, nisto que o sistema americano se superioriza amplamente ao europeu (o caso chinês é diferente dado o papel do Estado), porque interiorizou uma **cultura de risco**, enquanto o europeu é baseado num sistema bancário que visa minimizar o risco e concede crédito com base em "garantias reais". E, mesmo em produtos bancários de risco com envolvimento de poupanças privadas, predomina a falsa ideia de que o retorno é um adquirido.

Uma outra dificuldade dos projectos de risco tem que ver com uma cultura nacional que é muito marcada pela propriedade e pela posse. Daí, a resistência às parcerias e a diferentes formas de projectos colaborativos. Para muitos empresários, soluções que ponham em causa o domínio da totalidade do capital da sua empresa não são aceitáveis. E, por isso, a maioria das empresas resistem a realizar operações de "spin-off", que seria uma forma de promover novos empreendedores e novos projectos de empreendedorismo, dotando-os de autonomia de gestão.

Um outro ponto relevante é o da ligação dos centros de investigação e das instituições do ensino superior ao empreendedorismo. No fundo, trata-se de conjugar a passagem da chamada "investigação fundamental" à "investigação aplicada". Neste domínio, deram-se passos importantes mas as insuficiências são ainda notórias. Aquelas instituições ainda se furtam a uma imagem que possa associar investigação com projectos empresariais.

Muitos talentos que podiam ser empreendedores ou ter uma actividade empresarial optam por ficar em águas mais tranquilas, como seja o sistema de ensino. Daí que sejam poucos os doutorados a trabalhar em empresas ou a criar a sua empresa.

Para isso também contribui o **estigma do "insucesso"** que está associado a projectos empresariais que não têm êxito. Estigma esse que é mais um factor diferenciador entre a Europa e os E.U.A. Enquanto neste último país arriscar e falhar é uma aprendizagem que permite sempre uma nova oportunidade, na Europa, muitas vezes, quem não consegue singrar fica para o resto da vida catalogado como um «empresário falhado», a quem, nomeadamente, se dificulta acesso a um novo financiamento.

A verdade é que uma empresa que vai à falência, vê-se confrontada com a liquidação do passivo que pode demorar vários anos, com os visados poderem ter de passar um longo período a pagar dívidas, o que, desde logo, inviabiliza a retoma de uma actividade empresarial.

Na Europa e em Portugal, as empresas têm dificuldade em crescer (o problema não é nascerem pequenas, é não conseguirem crescer) e, também, dificuldade em morrer. Falamos obviamente de verdadeiras empresas e não daquelas que só existem no papel. No E.U.A. não crescer conduz ao seu desaparecimento e os seus promotores criam de imediato outros projectos. Na Europa, uma empresa pode permanecer no estádio «start-up» ou «ligado» à máquina por muitos anos.

Em síntese, vincamos que o empreendedorismo, é uma **cultura de inovação** que sabe tirar partido dos avanços da ciência e da tecnologia, usando estes como um factor de competitividade acrescida. Contudo, convém não fazer da incorporação de tecnologia mais do que ele deve ser: um instrumento de trabalho, cujo resultado depende da forma como ele for utilizado.

Descendo mais em concreto à realidade do comércio e dos serviços ao consumidor, o uso das tecnologias digitais não significa que se tenha de renunciar à venda no estabelecimento físico (de rua). As formas de venda do "e-commerce" vão coexistir com os estabelecimentos e a venda e compra na loja. O que tem mesmo que mudar é a forma como o empresário se relaciona com fornecedores e com consumidores e estrutura um sistema de relações interactivo. O digital antes de servir como canal de compra e venda é um instrumento de gestão de informação e de comunicação e neste aspecto necessário a todos os formatos comerciais. É, aliás, possível inovar mais neste domínio do que na venda propriamente dita. Como, também, é possível inovar mais na organização de um espaço comercial físico do que num espaço inserido no chamado "ci-

berespaço", em que a compra se faz clicando num visor ou no teclado de um telemóvel ou computador. A atractividade e o ambiente de loja são critérios centrais de sucesso ou de insucesso; assim como a localização e a forma como o estabelecimento interage com o espaço público (e aqui entramos num outro domínio, igualmente, diferenciador que é o do urbanismo comercial).

Estamos, dizê-lo é um lugar comum, a viver um tempo de grandes e aceleradas mudanças, mas o que marca a diferença é mesmo ser capaz de as antecipar. Ganhar uma vantagem de partida é um ganho competitivo apreciável, que podendo ser destronável permite uma outra gestão da mesma.

E, porque estamos a falar em mudança, se quisermos seleccionar os impactos mais relevantes desta, na forma de fazer economia e estruturar as empresas, fica aqui uma lista, certamente incompleta, mas suficientemente expressiva dos novos paradigmas da economia:

- A passagem da "standardização" e da uniformização, em que as empresas ganhavam economias de escala produzindo "séries-longas", para a diferenciação. Ou seja, para uma crescente personalização dos produtos em função de públicos de utilizadores e de consumidores muito diferenciados, remetendo para a produção de séries-curtas;
- Uma crescente fragmentação das cadeias de valor, especializando-se cada empresa num segmento/componente específico da cadeia, com vantagem para aqueles que possam marcar presença nas fases de maior criação de valor, normalmente associados a actividades de maior incorporação de informação e de conhecimento vivo (factor humano);
- A passagem de um produto, em que o elemento identificador e de maior valor tinha uma componente material ou tangível para um outro em que grandes fases da cadeia foram desmaterializadas e são, normalmente, estas, que hoje em dia, incorporam maior valor acrescentado e constituem o «core» do produto (o exemplo das televisões por cabo);
- A evolução de um produto em que a venda se faz no momento da compra e se esgota nele para um novo produto-contrato em que o que existe é a garantia da prestação de um serviço prolongável no tempo;
- A passagem de um produto singular para um produto que é constituído por um mix de componentes, físicas e não físicas (o "produto bouquet").

II. A realidade das empresas em Portugal

1. Temos hoje (n.ºs referentes a 2023) 1 526 926 empresas em Portugal (ou seja, em média, 1 em cada 7 portugueses possui ou é sócio de uma empresa).

É um número elevado que, aliás, não tem parado de crescer ao longo da última década (mesmo durante o período do COVID) e parece contrariar a ideia de que os portugueses não são empreendedores ou não têm espírito empresarial e querem é trabalhar por conta de outrem.

Os números do INE ("Demografia das Empresas") mostram que entre 2019 e 2023 o aumento foi de 191 920 empresas, tendo sido criadas, nestes anos, 1 016 430 empresas, e número atenuado pelo desaparecimento de 799 784 empresas. Em todos os anos referidos houve um saldo positivo, com particular ênfase para o ano de 2023 em que o aumento de empresas foi de 71 284.

Na divisão entre **empresas em nome individual** e **sociedades**, verifica-se que as empresas individuais representam 2/3 do total (em 2023 com 1 004 784) e as sociedades o restante 1/3 (com 522 142). No entanto os respectivos **tempos de vida** são muito diferenciados, nestas duas tipologias. Se, apenas 73.6% do total das empresas criadas em 2022 sobreviveram 1 ano após a sua criação, somente 57.6% atingem os dois anos e apenas 48.9% chegam aos 3 anos (ou seja, mais de metade das empresas não subsiste mais de 3 anos). Mas, a situação agrava-se nas empresas em nome individual em que apenas 69.3% resistem 1 ano e somente 39.5% chegam aos 3 anos.

Por **sectores de actividade**, em 2023, nos **nascimentos** liderou o sector designado por "outros serviços" (142 995), seguindo-se a larga distância, a construção e as actividades imobiliárias (21 886), o comércio (20 858) e o alojamento e restauração (18 385).

No número de **mortes**, no mesmo ano, os sectores liderantes são exactamente os mesmos, sendo que no saldo líquido se destacam os "outros serviços" com um aumento de 41 662 empresas.

Particularmente expressivo é o aumento das empresas de transportes e armazenagem que tiveram um acréscimo de nascimentos de 53.4% (também ele acompanhado por um aumento forte, mas menos expressivo, das mortes com mais 17.8%).

De referir que esta categoria dos "outros serviços" já há muito que deveria ter sido desagregada, pois nela estão incluídas "actividades de consultoria"; "actividades administrativas e serviços de apoio"; "educação"; "actividades de saúde e apoio social"; "actividades de espetáculos desportivos e recreativos" e ainda "outras actividades de serviços", ou seja, "outras dos outros", que são hoje actividades centrais na economia e não podem ser remetidas para uma categoria residual.

É verdade, que temos muitas empresas no papel (formalmente constituídas), mas que são bastante menos as que têm uma existência efectiva. Duram, a maioria, muito pouco tempo e são de muito pequena dimensão. Se extinguir uma "empresa verdadeira" é uma tarefa complexa, muitas das empresas constituídas aparecem e desaparecem sem deixar rasto.

No comércio 95% são microempresas, 4.5% são pequenas empresas (10 a 49 trabalhadores) e apenas 0.5% são médias ou grandes. Comparando com a média europeia, o n.º de grandes empresas não é muito diferente. As maiores diferenças estão nas pequenas e médias em que o peso destas é bem mais baixo em Portugal. Daí o dizer-se que somos um país de microempresas pelo que as políticas públicas não podem deixar de ter esse facto em consideração.

Os números que referimos de empresas no sector dos transportes, deve-se, sobretudo à classe: "transporte ocasional de passageiros em veículos ligeiros" (TVDE), que lideram, quer a criação, quer o encerramento de empresas e que de acordo com os dados mais desagregados da Dun and Bradstreet, já para 2024, registam mesmo um saldo líquido negativo, revelando um excesso de oferta nesta actividade.

Outro dado interessante desta empresa de consultoria remete para o perfil das empresas de acordo com o tempo de vida, mostrando que, num universo de empresas (sociedades) com existência efectiva, estas se distribuem:

Empresas maduras (> 20 anos)	27%
Empresas adultas (6 a 19 anos)	37%
Empresas jovens (1 a 5 anos)	29%
Empresas novas (até 1 ano)	7%

2. Mas, para conhecermos o nosso tecido empresarial importa ir além do número de empresas e analisarmos os seus resultados e avaliarmos a sua solidez financeira. Para isso recorreremos aos números divulgados pelo Banco de Portugal (baseados na IES - Informação Empresarial Simplificada), que para 2024, nos mostram:

- **38% das empresas** apresentam **resultados líquidos negativos** (ligeiro recuo de 0.4 p.p. face ao ano anterior).
- **Apesar disso, o volume de negócios** aumentou 3.3% neste ano em relação ao ano anterior, muito impulsionado pelo turismo, o qual projectou, em especial, os sectores da construção e actividades imobiliárias, o alojamento e a restauração.
- **O EBITDA** das empresas (ou seja, o resultado obtido antes de amortizações, depreciações, juros e impostos), dá-nos um resultado mais fidedigno da saúde de uma empresa e regista um aumento de 2.5% (que contudo, é inferior ao crescimento do volume de negócios), sendo que a **rentabilidade do activo** (relação entre EBITDA e a totalidade do activo) foi de 9.3% (ligeiramente inferior a 2023) e, em que, apesar do aumento já referido em valores globais, **32% das empresas** tiveram um EBITDA negativo.
- **A rentabilidade dos capitais próprios** (relação entre estes e o resultado líquido) foi de 9.4%, caindo 0.9 p.p. em relação a 2023, sendo no comércio um pouco superior com 11.1% e no alojamento de 9.6%, valores, em geral, bastante baixos.

- **Finalmente, a autonomia das empresas**, em termos financeiros, melhorou em 2024 (relação dos capitais próprios no activo total), passando de 42.8% em 2023 para 44.3% (valores que, em média, estão num patamar aceitável, referenciado em torno dos 40% a 50%) sendo que no comércio se situa nos 35%.

Estes valores médios não devem esconder a existência de sectores e de um elevado número de empresas com rácios bastante baixos e que no caso do financiamento de terceiros deve ser analisado conjuntamente com a capacidade das empresas de obterem esse financiamento.

Outro dado relevante, são os prazos médios de pagamentos e recebimentos, sabendo-se que o alargamento dos recebimentos, se reflecte na saúde financeira das empresas.

Para concluir, olhando para o futuro, quais são os desafios que enfrentam as nossas empresas?

- Um desafio de crescimento sustentável, sem dúvida, o problema não é serem pequenas à nascença é continuarem a sê-lo ao longo da sua vida;
- Um desafio de crescimento em rede, as empresas têm que se associar e cooperar entre si, criando massa crítica, que é essencial nomeadamente, em processo de internacionalização;
- Um desafio de inovação, que na maioria dos casos, requer mudanças de carácter conceptual e organizacional;
- Um desafio que mais do que comprimir custos, requer criação de valor: mais valor imaterial incorporado no que produzimos e vendemos. ●



OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS

No novo normal de instabilidade política e comercial na economia mundial, Portugal volta a registar um crescimento moderado no PIB em 2025, ainda que acima do crescimento médio do PIB registado na União Europeia e na Zona Euro

Num contexto em que a instabilidade geopolítica e comercial mundial passou a ser o novo normal, a economia portuguesa terminou o ano de 2025 com um crescimento no PIB de +1,9%, ligeiramente abaixo do de 2024 (+2,2%) e acima do crescimento de +1,4% do conjunto de países da área do Euro, e de +1,5% do conjunto de países da UE.

Foi mais um ano em que o crescimento assentou exclusivamente na procura interna (com um contributo para o crescimento do PIB, de 3,7 pontos percentuais - p.p.) já que o contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB foi negativo (-1,8 p.p.).

(Trim)	Despesas de consumo final	Formação bruta de capital	Procura interna	Export. (FOB)	Import. (FOB)	PIB a preços de mercado
Variação face ao período homólogo do ano anterior (%)						
2024 - ANUAL	2,6	3,8	2,9	3,2	4,7	2,2
III	3,2	4,1	3,4	4,6	7,3	2,1
IV	3,4	3,2	3,4	3,8	5,5	2,6
2025	3,1	5,7	3,7	0,4	4,2	1,9
I	3,3	7,3	4,1	1,8	7,3	1,6
II	3,3	7,1	4,0	-0,2	4,7	1,7
III	3,4	4,3	3,6	0,6	3,6	2,2
IV	2,6	4,1	2,9	-0,7	1,4	1,9

Fonte: INE, Contas Nacionais-4º trimestre de 2025

A procura interna cresceu +3,7% face a 2024, dinamizada pelo **aumento de +3,5% do consumo privado, e de +1,7% do consumo público** e pelo **crescimento de +5,7% do investimento**.

As componentes da formação bruta de capital fixo que maiores crescimentos registaram em 2025, acelerando face a 2024, foram: as da Construção (+5,5%) e a dos Produtos de propriedade intelectual (+5%). O acréscimo da componente do Equipamento de transporte (+2,1%) desacelerou face a 2024, enquanto a componente de Outras máquinas e equipamentos sofreu mesmo um decréscimo de -1,3%.

Do lado das despesas do consumo final das famílias há a destacar o **crescimento da despesa de consumo em bens duradouros (+7,1%)** face ao crescimento mais moderado da despesa de consumo final em bens não duradouros e serviços (+3,2%), para a qual contribuiu a evolução favorável do rendimento disponível das famílias.

O contributo negativo para o crescimento do PIB da procura externa líquida resultou de um abrandamento muito forte das exportações, que quase estagnaram no passado ano (+0,4% face a 2024), tanto as exportações de bens (+0,3%), como as exportações de serviços (+0,4%) - acompanhado de um abrandamento muito ligeiro nas importações para +4,2% face a 2024 - com acréscimo mais acentuado na importação de bens (+4,6%) e de menor intensidade na importação de serviços (+2,6%).

De salientar que também **em 2025 se registou um ganho nos termos de troca, embora de menor magnitude, face aos anos anteriores** (de +1,5% em 2025, face a +3,3% em 2024). O deflador das importações de bens e serviços registou um decréscimo de -1% (menor que em 2024: -2,4%), enquanto o deflador das exportações dos bens e serviços aumentou +0,4% (+0,9% em 2024).

O saldo externo de Bens e Serviços ascendeu em 2025 a 0,9% do PIB, abaixo do registado em 2024 (2% do PIB).

Sobre a evolução das taxas de juro, as intervenções do Banco Central Europeu (BCE) determinaram a descida das taxas directoras durante o primeiro semestre do passado ano e a sua manutenção sem alterações ao longo do segundo semestre, posição que foi mantida na decisão de fevereiro de 2026. Decisões que determinaram trajetória semelhante na Euribor e nas taxas de juro de crédito às empresas, em Portugal.



Apesar das atuais pressões inflacionistas entretanto surgidas no último mês do corrente ano, com a subida do preço de petróleo e dos bens energéticos, o BCE acabou de decidir, manter novamente inalteradas as taxas directoras.

É ainda de salientar a evolução favorável do mercado de trabalho no passado ano, registando Portugal em 2025 uma taxa de desemprego de 6% (compara com 6,4% em 2024), coincidente com a média da UE e abaixo da taxa de desemprego na Zona euro, de 6,3%. Segundo o INE, por um lado, o emprego cresceu em 2025 +3,2%, com o setor dos serviços a registar um crescimento de +3,6%, a indústria e energia um acréscimo de +1,7%, e a Construção de +0,9%. Em sentido contrário, o setor da agricultura e pesca registou um decréscimo no emprego de -11,6%.

Por outro lado, o número de desempregados decresceu -4% (cerca de menos 14 mil desempregados que em 2024), o subemprego diminuiu -5,9% e a taxa de subutilização do trabalho diminuiu para 10,2% (-0,8 p.p. que em 2024).

De salientar ainda que o aumento na remuneração bruta total mensal média por trabalhador¹ foi

de +5,5% em 2025, +5,4% na componente regular e +5,2% na componente base, a que corresponderam aumentos reais de +3,2%, +3% e +2,8%, respetivamente.

Em simultâneo, o Índice do Custo de Trabalho (INE) registou um aumento também de +5,5% em 2025, a que corresponderam acréscimos coincidentes de +5,5% nos custos salariais e nos outros custos. O aumento do custo médio por trabalhador foi igualmente de +5,5%.

A inflação em 2025 ascendeu a 2,3% (inflação homóloga dos 12 meses), 0,1 p.p. abaixo da inflação em 2024.

A variação anualizada do índice harmonizado de preços no consumidor português (IHPC) foi de 2,2% (0,5 p.p. abaixo da registada em 2024).

A execução das contas públicas em 2025, na ótica da Contabilidade pública, segundo os dados da Entidade Orçamental, traduziu-se por um excedente de 1297,7 milhões de euros no saldo global das Administrações Públicas (AP), 885,5 milhões de euros acima do excedente registado em 2024.

O excedente observado resultou de um acréscimo na receita de +7,7%, superior ao da despesa, de +7%. O saldo primário ascendeu a um total de 8114,8 milhões de euros, 731,5 milhões de euros acima do saldo primário em 2024.

O acréscimo homólogo da receita fiscal de +7,7% foi o que mais contribuiu para o crescimento da receita das AP, ainda que acompanhado por um aumento da receita contributiva em +8,3% (a receita da Segurança social aumentou +8,9%), e por um aumento da receita não contributiva e não fiscal de +8,7%.

Destacou-se no crescimento da receita fiscal, o acréscimo de +9,8% observado na receita de IVA, o acréscimo de +9,3% na receita de IRS e, com menor expressão, o aumento na receita de IMT (25%) e do ISP (8,6%). A receita de IRC, pelo contrário, registou um decréscimo de -2,3%.

Do lado da despesa pública o acréscimo homólogo de +7%, decorreu de um aumento de +5,1% nas transferências (encargos com pensões e outros complementos do regime geral da Segurança Social e do regime de proteção social convergente da CGA; aumento da contribuição financeira para o Orçamento da União Europeia; e o acréscimo das restantes prestações sociais da Segurança Social), de +8,2% nas despesas com pessoal (decorrente da atualização do valor das remunerações dos trabalhadores em funções públicas, da medida associada à aceleração das carreiras e às valorizações ocorridas em carreiras específicas e da atualização da remunera-

¹ Fonte: INE, Declaração Mensal de Remunerações da Segurança Social e Relação Contributiva da Caixa Geral de Aposentações - Dez 2025

ção mínima mensal garantida) e de **+22,3% nas despesas de investimento** (investimento em habitação e outras construções do subsetor da Administração Local; os investimentos em Defesa, ao abrigo da Lei de Programação Militar; e também os investimentos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência – alojamento estudantil das Instituições do Ensino Superior, e rede de dados no Serviço Nacional de Saúde). Sobre os **pagamentos em atraso das entidades públicas importa referir que em dezembro de 2025 ascendiam a 332,3 milhões de euros, +37,4 milhões de euros face a dezembro de 2024 e -394,7 milhões de euros, face a novembro de 2025**. Esse acréscimo homólogo decorre do aumento registado na área da saúde (+47,3 milhões de euros), e do aumento em Entidades Públicas Reclassificadas (+18 milhões de euros), atenuado pela diminuição registada na Administração Regional (- 30,6 milhões de euros).

O rácio da dívida pública em percentagem do PIB voltou a descer em 2025 para 89,6% (era de 93,5% em 2024).

No que respeita à execução orçamental das Contas públicas no primeiro mês do corrente ano, manteve-se um excedente quer no saldo global das AP (de 1824,3 milhões de euros), quer no saldo primário (de 2078,7 milhões de euros), ambos acima dos excedentes registados em janeiro de 2025 (+188,4 e +182,6 milhões de euros, respetivamente).

A receita pública registou um acréscimo homólogo de +6,1%, superior ao da despesa pública, a qual cresceu +5%.

Depois de um moderado crescimento económico em 2025, o contexto da atividade económica mundial no início do corrente ano sofreu novo foco de instabilidade, com o início da Guerra no Irão, alastrada ao Médio Oriente, a qual se reflete já de forma muito impactante não só nas populações e recursos diretamente afetados pela Guerra, como em diversos outros domínios da economia mundial, como os transportes de mercadorias, o transporte marítimo e aéreo, e nos preços das matérias primas e, em particular, no preço do petróleo. Ao nível nacional, é de destacar que o país no final de janeiro e início de fevereiro começou por sofrer fortes danos resultantes das tempestades que afetaram todo o território e, mais violentamente, a região Oeste, a região Centro, as zonas de cheias dos rios e as zonas costeiras. Afetaram fortemente as populações e habitações, o tecido empresarial, bem como infraestruturas diversas, com destaque para a rede de distribuição elétrica, vias rodoviárias, vias ferroviárias, infraestruturas públicas e privadas relevantes nas zonas costeiras, implicando prejuízos estimados em

valores superiores a 6000 milhões de euros (correspondendo a cerca de 2% do PIB português).² Ainda de destacar a paralisação de um número significativo de empresas, não só, mas em particular na região de Leiria, que habitualmente assumiam um contributo relevante no volume de exportações nacionais, seja no setor agrícola, no setor industrial como também em algumas atividades de serviços designadamente comércio, restauração e serviços turísticos.

É por outro lado relevante referir que o aumento significativo do preço do petróleo no mercado mundial, decorrente da Guerra no Irão alastrada ao Médio Oriente, já repercutiu no início de março no aumento do preço dos combustíveis também no mercado português, e rapidamente se propagará no preço dos bens energéticos e no custo dos transportes.

A partir dos **indicadores qualitativos de conjuntura mais recentes, do INE, mas anteriores ao abalo das tempestades e da crise no Médio oriente, destaca-se que o indicador de confiança dos consumidores diminuiu em fevereiro**, depois de ter aumentado em dezembro de 2025 e em janeiro do corrente ano. A evolução negativa do indicador de confiança dos consumidores decorre do contributo negativo de todas as suas componentes: "perspetivas sobre a evolução futura da realização de compras importantes por parte das famílias, da situação económica do país, e, menos significativamente, das opiniões sobre a evolução passada e expectativas sobre a evolução futura da situação financeira do agregado familiar. O saldo das opiniões sobre a evolução passada dos preços aumentou em janeiro e em fevereiro, e o saldo das expectativas sobre a evolução futura dos preços aumentou consideravelmente entre dezembro e fevereiro"³

Do lado da oferta, o indicador de confiança dos Serviços e da Indústria Transformadora melhorou em fevereiro, e diminuiu o indicador de confiança do Comércio e da Construção e Obras Públicas.

i) Na componente do consumo, a maioria dos indicadores quantitativos sinalizavam uma tendência favorável ao longo de 2025, ainda ativa em janeiro do corrente ano, tratando-se igualmente de resultados ainda prévios aos impactos quer das tempestades no território português, quer da instabilidade mundial criada com o início da Guerra no Irão

• O ritmo de crescimento do montante global dos **movimentos realizados na rede multibanco** (levantamentos, pagamentos de serviços e compras, em valor) embora tenha desacelerado ao longo do

² Segundo transmitido pelo presidente da Estrutura de Missão, em entrevista ao Jornal Eco, em 20/02/2026 (<https://eco.sapo.pt/2026/02/20/kristin-prejuizos-das-tempestades-ja-apontam-para-2-do-pib/>)

³ INE, Inquéritos de Conjuntura às empresas e aos consumidores - Fevereiro 2026

segundo semestre do passado ano, registou um crescimento homólogo de +7% em janeiro do corrente ano (foi de +13% em janeiro de 2025).

- **O índice de volume de negócios (IVN) do comércio a retalho** (deflacionado e ajustado de efeitos de dias úteis e sazonalidade) registou um acréscimo homólogo de +4,4% no último trimestre do passado ano (desacelerando face aos +5,4% no 3º trimestre, +4,8% no 2º trimestre e +4,5% no 1º trimestre), e uma variação homóloga anual, face a 2024, de +4,8%. Em janeiro do corrente ano aumentou +4,6% (compara com +2,8% em dezembro de 2025 e com +5% em janeiro de 2025).
- **O crescimento das vendas de gasolina** (em toneladas) registou alguma desaceleração no 2º semestre, com um crescimento homólogo de +7,4% no 3º trimestre e de +5,1% no 4º trimestre, e no conjunto do ano registou um acréscimo homólogo de +6,9%.
- **As matrículas de automóveis ligeiros (novos), registaram acréscimos homólogos significativos no 2º e 3º trimestres do passado ano, de +14,1% e +14,8% respetivamente, e uma acentuada desaceleração no 4º trimestre: +3,1%. O crescimento anual foi de +7,3% e, considerando o trimestre terminado em janeiro, a variação homóloga foi de +6,1%.**

ii) Na componente do investimento alguns indicadores evoluíram mais favoravelmente no segundo semestre de 2025:

- As matrículas de veículos comerciais ligeiros novos registaram uma variação homóloga anual nula no conjunto do passado ano, mas registaram uma evolução positiva no segundo semestre, com uma variação homóloga de +0,7% no 1º trimestre, um decréscimo homólogo de -12,5% no 2º trimestre, e acréscimos de +7% no 3º trimestre e de +7,2% no 4º trimestre. **No trimestre terminado em janeiro, a variação homóloga foi de +7,7%.**
- No caso dos veículos comerciais pesados novos a variação homóloga anual foi de +3,2%, com variações negativas mais acentuadas no 1º e 2º trimestres (de -15,3% e -19,8%, respetivamente) e com crescimentos homólogos no 3º e 4º trimestres bastante expressivos (de +19,7% e +34,9%, respetivamente). **No trimestre terminado em janeiro, a variação homóloga foi de +68,2%.**
- As vendas de cimento evoluíram também desfavoravelmente no 1º e 2º trimestres e cresceram apenas moderadamente no 3º e 4º trimestres do passado ano. Com efeito o índice de vendas de cimento do BdP registou variações homólogas de -2,7% e de -1,8% no 1º e 2º trimestres, respetivamente e de +5% e +2,2% no terceiro e quarto trimestres.

- A variação homóloga anual foi de apenas +0,7% (compara com +4,3% em 2004, um ano já menos dinâmico que os anos anteriores na área da construção).
- A importação de máquinas, partes e acessórios cresceu em 2025 desacelerou de trimestre para trimestre e registou um acréscimo de +0,7%, face a 2024. Em janeiro de 2026, face a janeiro de 2025, a variação homóloga mensal foi de +1,1%.
- Finalmente segundo o índice de produção industrial (IPI) do INE, a produção de bens de investimento após ligeira recuperação no terceiro trimestre em que registou um crescimento homólogo trimestral de +3,3% (compara com decréscimos homólogos de -5,8% no 1º trimestre e de -0,8% no 2º trimestre), voltou a terreno negativo no 4º trimestre com um decréscimo homólogo de -4,2%. A variação homóloga anual em 2025 do IPI foi de -1,9%. Em janeiro do corrente ano a variação homóloga mensal foi de -1,4% e, considerando o trimestre terminado em janeiro, foi de -3,2%.

No que se refere aos indicadores sectoriais quantitativos da atividade do Turismo, embora sempre em crescimento evidenciaram em 2025 uma dinâmica inferior à de 2024, mesmo nos meses de época alta.

As dormidas⁴ no alojamento turístico registaram no passado ano um crescimento homólogo de +2,2%, enquanto que em 2024 o crescimento homólogo do total de dormidas foi de +4,1%. Por outro lado, não só o ritmo de crescimento foi mais acentuado nas dormidas de residentes (+5,4%) do que nas dormidas de não residentes (+0,8), como o desempenho das dormidas de residentes melhorou face a 2024 (tinham aumentado +2,2%), contrariamente à evolução das dormidas de não residentes, face a 2024, que desaceleraram (tinham aumentado +4,9% em 2024). No trimestre terminado em janeiro a variação homóloga do total de dormidas foi de +1,8%, semelhante à do 4º trimestre de 2025, de +1,9%.

No Transporte aéreo de passageiros o dinamismo da atividade em 2025 manteve-se semelhante ao do ano anterior. Segundo o INE, o número de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais cresceu +4,7% face a 2024 (compara com +4,3% em 2024).

Os resultados mais recentes dos índices de volume de negócios sectoriais revelam até janeiro um maior dinamismo no Comércio e em algumas atividades ligadas aos sectores do Imobiliário e do Turismo, embora em desaceleração, e evidenciam alguma recuperação na Indústria a partir do 2º trimestre do passado ano.

⁴ Referente aos resultados do INE sobre a Atividade turística que abrange três segmentos de alojamento: hotelaria (hotéis, hotéis-apartamentos, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos, pousadas e quintas da Madeira), alojamento local com 10 ou mais camas e turismo no espaço rural/de habitação.

No caso da indústria e Energia, a variação homóloga do Índice de volume de negócios (IVNEI) do INE, depois de decrescer no 2º trimestre (-1,1%), voltou a recuperar no 3º e 4º trimestres (+1,1% e +0,7%, respetivamente), e foi de -0,2% no trimestre terminado em janeiro. No conjunto dos 12 meses registou em 2025 um desempenho semelhante ao de 2024, com uma variação quase nula (+0,1%).

Já o **IVN da Indústria** (sem o agrupamento Energia), depois de um decréscimo de -0,5% no 1º trimestre, cresceu em termos homólogos +1,5% no 2º trimestre, e **+2,4% no 3º e 4º trimestres, desacelerando para +1,4% no trimestre terminado em janeiro. Em 2025 registou um crescimento de 1,5% (-0,8% em 2024).**

No **Comércio**, sobre o nível do volume de negócios no seu conjunto, **em 2025, o IVN do setor cresceu +3%**, face a 2024. No comércio e reparação automóvel o crescimento foi de 2,9%, no comércio grossista foi de 1,6% e no comércio a retalho de 4,8%. No primeiro mês do corrente ano mantiveram-se as trajetórias de crescimento.

Em termos de evolução ao longo do ano, o crescimento do IVN do total do Comércio **desacelerou para +2,5% no 4º trimestre (+3,5% no 2º trimestre) e para +1,8% no trimestre terminado em janeiro.**

Sobre o desempenho do comércio a retalho no passado ano, importa referir que **foi mais dinâmico o crescimento do retalho alimentar (+5,4%) face ao não alimentar (+4,4%) e, em ambos os casos, foi mais intenso o crescimento do IVN nos estabelecimentos não especializados.**

No comércio não alimentar especializado, destacou-se o crescimento do IVN no retalho de Têxteis, vestuário, calçado e artigos de couro (+5,3%), o retalho de Computadores, equipamentos de telecomunicações, livros e outros produtos em estabelecimentos especializados (+6,6%) e o retalho de Produtos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene (+8,5%). Pela negativa, destacou-se o decréscimo do IVN do retalho de Combustível para veículos a motor (-1,6%).

No conjunto dos **Serviços** (excluindo o comércio) ao longo de 2025 o **ritmo de crescimento do IVN foi desacelerando** (+0,8% no 1º trimestre e +0,9% no 2º trimestre, 0,6% no 3º trimestre e +0,1% no 4º trimestre) e registou no conjunto do ano um crescimento moderado de apenas +0,6%.

No trimestre terminado em janeiro do corrente ano, o IVN decresceu -1,2%, refletindo apesar disso evoluções diversas em áreas distintas das atividades de serviços.

No trimestre terminado em janeiro voltou a evidenciar-se o **sector imobiliário ao registar o crescimento no IVN mais expressivo, de +7,1%**, seguido das Atividades de investigação e segurança com +3,5%, as atividades de Publicidade, estudos de mercado e sondagens de opinião com 3,4%, as atividades de

Atividades de investigação científica e de desenvolvimento com +3,1%, mas também o alojamento que no 4º t 2025 registava um acréscimo de +3,4%, não se dispondo de dados para janeiro.

O transporte aéreo que cujo crescimento do IVN tinha desacelerado para +2,2% no 4º trimestre, registou uma variação de apenas +0,5% no trimestre terminado em janeiro.

Pelos desempenhos mais negativos destacaram-se o IVN do transporte por água (-11,5% no trimestre terminado em janeiro), as outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares e as atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas cujos IVN no 4º trimestre decresceram -9,8% e -6,7%, respetivamente, e o IVN das atividades de consultoria e programação informática (-4,8% no trimestre terminado em janeiro).

A evolução dos vários indicadores globais do Inquérito ao Emprego revela que se mantiveram em 2025 e no primeiro mês do corrente ano dinâmicas favoráveis no mercado de trabalho.

Com efeito, com um crescimento de +3,2% no emprego no passado ano, o crescimento homólogo trimestral passou de +2,4% no 1º trimestre, para +2,9% no 2º trimestre, para +3,7% no 3º e 4º trimestres do ano.

Os resultados mensais mais recentes do Inquérito ao Emprego, ainda não definitivos, traduzem um aumento homólogo mensal de +2,6% na população empregada em janeiro e uma variação homóloga no trimestre terminando em janeiro de +3,3%.

Em oposição ao acréscimo no emprego registou-se um decréscimo homólogo de -9,6% na população desempregada, face a janeiro de 2024, a que corresponderão 315 mil indivíduos desempregados e uma taxa de desemprego de 5,6%, coincidente com a de dezembro de 2025. A taxa de subutilização do trabalho foi de 9,6% (-1,1 p.p. que em janeiro de 2024).

Os resultados mais recentes dos índices de emprego sectoriais, obtidos a partir dos os inquéritos de curto prazo aos empresários (valores ajustados de efeito de calendário), **indicam a manutenção de evoluções sectoriais distintas, menos favoráveis na indústria e energia e mais favorável nos Serviços.**

Na Indústria e energia o índice de emprego manteve-se quase estagnado ao longo de todo o ano de 2025, registando variações homólogas negativas trimestrais entre -0,1% e -0,5%. **A variação homóloga no trimestre terminado em janeiro do corrente ano, ascendeu a -0,2% (compara com -0,2% no 4º trimestre de 2025, e com -0,4% no trimestre terminado em janeiro de 2024).**

No Comércio o índice de emprego registou uma variação homóloga de +0,4%, no trimestre terminado em janeiro de 2026, com o contributo do acréscimo de +3,2% no índice de emprego do comércio e manutenção automóvel, e de +0,5% no do comércio por grosso. Já a variação do índice de emprego do comércio a retalho no mesmo período foi de -0,3%, uma variação próxima das variações registadas desde julho de 2025.

Nos Serviços, o índice de emprego cresceu a um ritmo mais intenso ao longo de 2025, ainda que registando alguma desaceleração, com um acréscimo homólogo de +4,1% no 1º trimestre, de +3,5% no 2º trimestre, +3,2% no 3º trimestre, +2,9% no 4º trimestre e de +2,6% no trimestre terminado em janeiro.

A inflação em 2025 foi de 2,3% (0,1 p.p. abaixo da inflação em 2024) e em janeiro e fevereiro do corrente ano permaneceu em 2,3% (inflação homóloga nos últimos 12 meses).

No decurso do ano a inflação homóloga mensal foi sempre inferior aos valores mais altos registados em 2024 e oscilou entre 1,85% - a variação homóloga mensal mais baixa do ano registada em março, e 2,76% - a variação homóloga mensal mais alta do ano, registada em agosto.

Em fevereiro, a inflação homóloga mensal foi de 2,1% (compara com 1,9% em janeiro de 2026 e com 2,4% em fevereiro de 2025)

A inflação subjacente (excluindo produtos alimentares não transformados e energéticos), em fevereiro do corrente ano, foi de 2,1% (variação homóloga dos últimos 12 meses) e compara com 2,5%, em fevereiro de 2025.

As classes de bens ou serviços com inflação mais elevada, foram: as de Restaurantes e hotéis, com inflação de 6%, as de serviços de educação, com inflação de 3,8% e as de serviços de saúde, com inflação de 3,1%. Por agregados, a inflação mais elevada registou-se no de produtos alimentares não transformados, com uma inflação de 5,5% seguida da classe dos Serviços, com uma inflação de 3,9%.

Em oposição, as classes de bens ou serviços que registaram menor inflação ou mesmo deflação foram: a classe de informação e comunicação e a classe de vestuário, que registaram uma deflação de -2,2% e -1,6%, respetivamente e em termos de agregados especiais foi o agregado de produtos energéticos o único a registar deflação, no caso de -0,9%.

A tendência descendente das taxas de juro a que se assistiu em 2024, foi interrompida a partir de meados de 2025. Segundo os dados do Banco de Portugal, a taxa de juro média para novos empréstimos às empresas portuguesas em 2025 atingiu um mínimo de 3,54% em agosto (foi de 4,24% em janeiro) e foi aumentando ao longo do segundo semestre, ascendendo a 3,65% em dezembro e a 3,7% em janeiro do corrente ano.

Em janeiro do corrente ano a taxa de juro a novos empréstimos às empresas não financeiras, até 1 milhão de euros ascendia a 3,9%, acima dos 3,79% na Zona Euro, e a taxa de juro a novos empréstimos acima de 1 milhão de euros ascendia a 3,49%, acima dos 3,35% na Zona Euro.

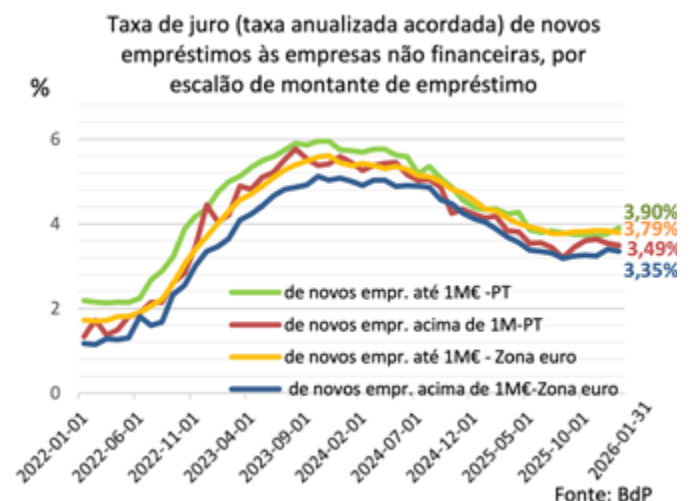
O crescendo de tensões comerciais provenientes da política externa comercial americana, ampliado com as que agora surgem com a Guerra no Irão iniciada no passado dia 28 de fevereiro, já com reflexos no preço do petróleo, fazem antever o acentuar de uma trajetória marcadamente ascendente nas taxas de juro. Perante as pressões inflacionistas, o BCE acabou de anunciar um aumento de 25 pontos base nas taxas diretores, o que não acontecia desde outubro de 2023.

A evolução do montante das novas operações de empréstimos concedidos por bancos portugueses às empresas não financeiras traduz-se por alguma desaceleração dos seus acréscimos desde maio de 2025, e pelo seu decréscimo no mês de dezembro e em janeiro do corrente ano de -4,5% e -1,6% respetivamente. As novas operações de empréstimos, até 1 milhão de euros, atingiram em janeiro último 1012 milhões de euros, menos 47 milhões que em janeiro de 2025.

Já as novas operações de empréstimos às empresas acima de 1 milhão de euros ainda aumentaram, mas apenas 16 milhões de euros, para um total de 974 milhões de euros.

Num total de 1975 milhões de euros de novas operações de empréstimos concedidos às empresas, os novos contratos corresponderam a 85,7% do total (1693 milhões de euros), enquanto as renegociações ascenderam a 14,3% do total (282 milhões de euros). Também a taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação, segundo o INE, continuou a diminuir, e foi de 3,111% em janeiro (ascendia a 3,984% em janeiro do passado ano), ainda que a redução seja consecutivamente de menor magnitude.

19 março de 2025



ALGUNS INDICADORES NACIONAIS RELEVANTES

Movimentos na Rede Multibanco



+7,0% Acréscimo homólogo
Janeiro 2026

IVN* Comércio a Retalho Alimentar



+4,2% Acréscimo homólogo
Janeiro 2026

IVN* Comércio a Retalho Não Alimentar



+4,9% Acréscimo homólogo
Janeiro 2026

IVN* Comércio Por Grosso



-0,2% Decréscimo homólogo
Janeiro 2026

IVN* Comércio e Reparação Automóvel



+3,7% Acréscimo homólogo
Janeiro 2026

IVN- Índice de Volume de Negócios

IVN* Serviços



-1,5%

Decréscimo homólogo
Janeiro 2026

Automóveis passageiros Ligeiros novos - matrículas



+16,1%

Acréscimo homólogo
Janeiro 2026

Mercado de Trabalho



+2,6%

Acréscimo homólogo total
de empregados
Janeiro 2026

-9,8%

Decréscimo homólogo total
de desempregados
Agosto 2025

IVN- Índice de Volume de Negócios

OS NÚMEROS



OS NÚMEROS DO COMÉRCIO EXTERNO EM 2025

AS EXPORTAÇÕES DE SERVIÇOS A SUPTAREM O SALDO POSITIVO DA BALANÇA DE BENS E SERVIÇOS

1. O saldo da Balança de Bens e Serviços

O ano de 2025 (segundo o I.N.E., ainda com números provisórios) registou, pelo terceiro ano consecutivo, um **saldo positivo da balança de bens e serviços**, medida a preços constantes (base = 2025), com as exportações totais (134 634 milhões de euros) a superarem as importações (130 885 milhões) em 3,7 mil milhões de euros (1,2% do PIB), valor este que, contudo, é inferior ao registado em 2024, em que tivemos um excedente de 6,4 mil milhões (2,2% do PIB).

1. O saldo da Balança de Bens e Serviços

O ano de 2025 (segundo o I.N.E., ainda com números provisórios) registou, pelo terceiro ano consecutivo, um **saldo positivo da balança de bens e serviços**, medida a preços constantes (base = 2025), com as exportações totais (134 634 milhões de euros) a superarem as importações (130 885 milhões) em 3,7 mil milhões de euros (1,2% do PIB), valor este que, contudo, é inferior ao registado em 2024, em que tivemos um excedente de 6,4 mil milhões (2,2% do PIB).

Depois de em 2013 se ter iniciado um percurso de saldos positivos (o que ocorreu pela primeira vez desde a década de 40 do século passado) o saldo, a preços constantes, voltaria a ser negativo nos 3 anos que vão de 2020 a 2022, para retomar novamente valores positivos nos anos que se seguiram, tendo para isso contribuído de forma decisiva a **balança de serviços**, que, em 2025, **registou um novo máximo absoluto**, enquanto que a balança de bens viu agravar-se o seu saldo negativo em relação a 2024.

2. Balança de Bens

O défice da balança de bens aumentou 3,3 mil milhões de euros (a preços constantes) em 2025 relativamente ao ano anterior, com um valor negativo de 29391 milhões de euros, valor que, este século, apenas é superado pelo registo de 2008, e que, representou - 9,6%, em percentagem do PIB (+ 0,8 p.p. do que no ano de 2024). A explicá-lo tivemos, do lado das exportações de bens uma redução das mesmas, que caíram para 74 131 milhões de euros (abaixo do valor dos últimos 3 anos), enquanto do lado das importações, estas subiram em relação ao ano anterior, atingindo 103 523 milhões (embora ficando ligeiramente abaixo do valor de 2023), fazendo com que a taxa de cobertura das importações pelas exportações baixasse para 72%.

Os **produtos químicos**, em especial os farmacêuticos, os **produtos alimentares** e os **produtos das indústrias extractivas** foram os que mais contribuíram para o défice da balança de bens (os três deram um contributo para o mesmo de 14 mil milhões de euros). Em sentido inverso, é de registar o contributo positivo para o saldo que foi dado pelos "produtos de madeira e papel", pelos "artigos de borracha e matérias plásticas" e pelos "produtos têxteis e de vestuário", totalizando estes um saldo positivo nas respectivas trocas com o exterior, de 4,8 mil milhões. Sem a rubrica "combustíveis e lubrificantes" cuja matéria-prima importamos, o défice baixaria para 26 817 milhões de euros, número este que regista um agravamento de 4 457 milhões, em relação a 2024.

Nas **exportações**, em valores absolutos e por **grandes grupos de bens**, os maiores contributos foram: os "fornecimentos industriais" que ocupam a primeira posição (com 33,0% do total), seguidos pelo "material de transporte" (com 17,4%) e pelos "bens de consumo" (com 17,2%); em sentido inverso, destaca-se, a quebra nas exportações dos "combustíveis e lubrificantes refinados" (com -26,0%). Se desagregarmos um pouco mais os bens exportados, os "produtos químicos" representaram 16%, sendo seguidos pelas "máquinas e aparelhos" (15,6%), pelos produtos agroalimentares (14,7%), pelo "material de transporte terrestre" (12,4%), pelos "minérios e metais" (9,8%) e, finalmente, pelos "têxteis, vestuário e acessórios" (7,1%).

Quanto aos **mercados**, aquele que mais contribuiu para o aumento das exportações de bens foi o da **Alemanha**, com um aumento em valores nominais de 1 402 milhões (+ 14,5%) sendo que, em sentido inverso, o mercado que mais penalizou as exportações foi o dos E.U.A., com uma quebra de - 715 milhões (- 13,4%) face ao ano anterior, devido, sobretudo, à diminuição, já referida, dos "combustíveis e lubrificantes". Em valores absolutos, a **Espanha** continuou a liderar por larga margem as exportações de bens (com 26% do total do que exportámos), seguida pela **Alemanha** (com 13,9%) e pela **França** (com 12,0%), totalizando estes três mercados mais de metade (51,9%) do valor exportado e cabendo, ainda, ao conjunto dos países da U.E. absorver 72% das nossas exportações.

Nas **importações**, o **mercado** que mais contribuiu para o aumento registado foi a **Espanha** (com + 3,9%), isto pelo facto de ser, de longe, o mercado com maior peso nas importações nacionais (com 32,9%), seguindo-se, a larga distância, pela Alemanha (com 11,9%) e pela França (com 7,3%). Em termos relativos, contudo, os mercados que tiveram maiores aumentos foram a **China** (com + 14,6%), que ascendeu ao quinto lugar nos mercados fornecedores do nosso país, a **Bélgica** (com + 9,6%) e os **Países Baixos** (com + 9,1%), tendo estes últimos mantido a quarta posição no ranking das nossas importações. O peso dos países da U.E. atingiu os 76%, percentagem superior à do mesmo conjunto de países no que se refere às exportações. Na **composição dos bens** importados, também, a categoria "**fornecimentos industriais**" ocupa a primeira posição (com 29,7% do total) tendo registado, um aumento de +7,5%, seguido pelas "máquinas e outros bens de capital", que tiveram um aumento percentual superior com + 16,8%. Igualmente nas importações, o maior decréscimo ocorreu nos "combustíveis e lubrificantes", devido, em grande medida, à descida dos preços destes. A um nível mais desagregado destaca-se o peso das "máqui-

nas e aparelhos" (com 18,1%), dos "químicos" (com 13,6%), dos "veículos e outro material de transporte" (com 13,5%) e dos "produtos agrícolas" (com 10,9%).

3. Balança de Serviços

Finalmente, temos mais um ano marcado pelo excedente da balança de serviços, que, em 2025, registou um aumento, em valores constantes, face a 2024, de 517 milhões de euros, tendo atingido um valor total de 33 141 milhões de euros. Este saldo e o aumento verificado resultaram de um crescimento mais forte das **exportações**, que atingiram os 60 503 milhões de euros, comparativamente com o das **importações**, cujo valor registado foi de 27 362 milhões. O saldo final da balança de serviços atingiu os 10,8% do PIB, tendo as exportações de serviços representado 45% do valor das exportações totais (em 2024 fora de 43,5%) o que constitui um peso percentual nunca anteriormente atingido. Apesar deste contributo reforçado, regista-se que o aumento das exportações de serviços (+2,0%) desacelerou em relação a 2024 (+5,8%), com um crescimento menor da sua principal componente exportadora que são as **"viagens e turismo"**, que representam 21,6% e que cresceram apenas 5,0%, em valores nominais, registando um saldo de 22 mil milhões (7,2% do PIB). Seguem-se os **"transportes"** (com 8,3%), os **"outros serviços fornecidos por empresas"** [para quando o abandono nas estatísticas do carácter residual destas actividades?] (com 7,5%) e a rúbrica **"telecomunicações, informação e informática"** (com 4,1%).

Por países, os maiores mercados foram o **Reino Unido** (12,5%), a **Alemanha** (11,7%), a **França** (11,2%) e a **Espanha** (10,3%), sendo que no turismo o destaque

vai para o Reino Unido (receita de 4,3 mil milhões de euros), a Alemanha (3,4 mil milhões) e a França (com 3,2 mil milhões).

Nas **importações** de serviços o aumento registado foi de 2,3%, correspondendo estas a apenas 20,9% das importações totais do país, cabendo os maiores pesos a "outros serviços fornecidos por empresas" (com 5,6% do total), a "viagens e turismo" (com 5,5%) e a "transportes" (com 4,5%). Destacando-se nas importações, os mercados de **Espanha** (18,5% do total), do **Reino Unido** (9,3%), da **Alemanha** (7,9%) e da **França** (7,5%).

Em conclusão, regista-se a manutenção em 2025 das tendências e linhas de força dos últimos anos em matéria de comércio externo, com um agravamento das suas componentes deficitárias (a balança de bens), que foi, no entanto, compensada pela evolução positiva da componente de serviços, onde as actividades ligadas ao turismo mantiveram um peso muito expressivo mas que deram em 2025 sinais de alguma desaceleração, que tudo aponta se irá manter este ano.

A um perfil exportador pouco diversificados associa-se um peso, também excessivo, de um número reduzido de mercados que não tem vindo a sofrer qualquer alteração. O ano de 2026, vem-nos dando claros sinais de que os números poderão no seu final ser bastante diferentes do ano que estivemos a analisar, sendo, por isso, muito provável que o saldo final do comércio externo possa ficar longe do previsto pelo governo no O.E. para 2026 (como, aliás, o Conselho de Finanças Públicas, tem vindo a alertar). ●



AS POLÍTICAS



A COMISSÃO EUROPEIA RECOMENDA AOS ESTADOS MEMBROS DA UNIÃO QUE PROMOVAM OS SISTEMAS COMPLEMENTARES DE PENSÕES

A Comissão Europeia aprovou recentemente uma Recomendação aos Estados-membros visando desenvolver os regimes complementares de pensões como meio de melhorar o rendimento dos pensionistas e dinamizar o mercado de capitais na UE¹. A Recomendação não tem carácter vinculativo, pois a competência da União Europeia neste domínio é limitada a um papel de aconselhamento e complementaridade. Traduz-se num conjunto de orientações, que os Estados-membros poderão adaptar e moldar em função das suas instituições e condições particulares.

¹ Recomendação da Comissão de 20.11.2025 C(2025) 9300 final, sobre os sistemas de acompanhamento das pensões, os painéis de avaliação das pensões e a inscrição automática. Esta Recomendação foi acompanhada pela Comunicação COM (2025) 839 final de 20.11.2025 "Enhancing the capacity of the EU supplementary pension sector to improve retirement income and supply long-term capital to the EU economy".

O que levou a Comissão Europeia a tomar esta iniciativa? A Comissão procura dar resposta a dois desafios interrelacionados que ela vê como sendo comuns a todos os Estados-membros, embora com graus diversos de severidade:

- O envelhecimento demográfico como fator de risco de inadequação do rendimento dos futuros pensionistas;
- O insuficiente desenvolvimento dos sistemas de pensões complementares.

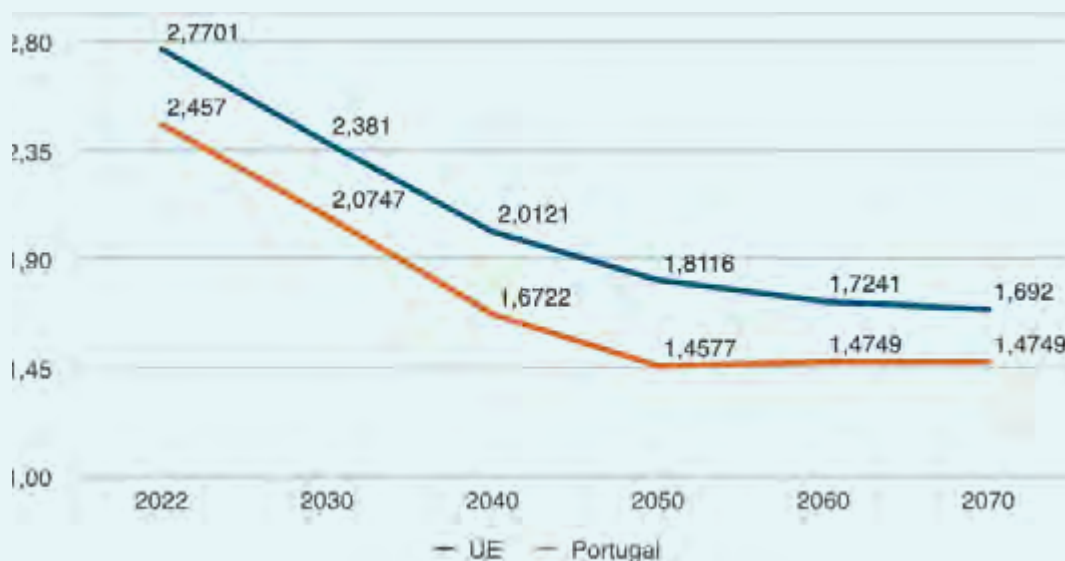
1. O envelhecimento demográfico

Para que se garanta a sustentabilidade dos sistemas de pensões financiados por repartição, em que são os salários dos indivíduos ativos a pagar as pensões dos reformados, é necessário que a relação entre a população ativa e a população idosa seja estável

no tempo. Ora, como mostra o gráfico, as projeções demográficas apontam para que esta relação caia de modo pronunciado na UE, de 2,77 ativos por idoso na atualidade para 1,69 em 2070. O mesmo acontecerá em Portugal, que com apenas 1,47 ativos por idoso neste horizonte, será o país mais envelhecido da União.

A fim de garantir a sobrevivência dos seus sistemas de pensões face a uma evolução demográfica altamente desfavorável, os Estados-membros foram forçados a realizar reformas com o intuito de conter o crescimento da despesa pública. Em resultado de tais reformas a taxa de substituição das pensões, ou seja, a relação entre o valor da primeira pensão após a reforma e o último salário, deverá baixar na maioria dos Estados-membros. De acordo com as últimas projeções disponíveis, a taxa de substituição média da UE irá baixar de 43,4% na atualidade para 38,2% em 2070.

Envelhecimento demográfico: número de pessoas ativas por pessoa idosa, União Europeia e Portugal, 2022-2070



Fonte: Comissão Europeia, Ageing Report 2024.

Como se vê no Gráfico, Portugal beneficia de uma taxa de substituição relativamente elevada, cerca de 69%, mas esta deverá cair para 39% até 2070².

Neste contexto, em que já não será possível ao sistema público garantir no futuro pensões com o mesmo nível que tinham no passado recente, o papel dos sistemas complementares ganha relevância como meio de garantir um rendimento mais digno na reforma. Contudo, o potencial das pensões complementares para afrontar este desafio continua por realizar. Em muitos Estados-membros, o setor é pequeno, está muito segmentado e os produtos oferecidos pelos mercados propiciam rendimentos reduzidos devido a estratégias de investimento demasiado conservadoras e um comportamento adverso ao risco.

2. O insuficiente desenvolvimento dos sistemas complementares e suas consequências sociais e económicas

Apesar do crescimento observado nas duas últimas décadas, apenas uma pequena parte da população europeia possui contas alimentadas por regimes de pensões complementares. De acordo com o inquérito da EIOPA, 20% dos cidadãos europeus participam num regime profissional e 18% têm uma pensão individual³. Já em Portugal, apenas 5,6% da população ativa detinha um plano profissional e 18,7% tinha ou um plano individual do tipo PPR ou uma pensão profissional⁴.

Há várias razões que explicam a fraca propensão para a poupança dirigida para produtos complementares de pensões.

Em primeiro lugar, existe falta de informação acerca das oportunidades de poupança de longo prazo, associada a alguma falta de transparência. A complexidade e multiplicidade de regimes complementares não ajudam. De um modo geral, são os trabalhadores com menor rendimento e mais baixos níveis de educação formal que revelam maior iliteracia financeira.

Em segundo lugar, verifica-se um fenómeno de procrastinação na tomada de decisão de começar a

poupar para a reforma. A maioria começa a poupar demasiado tarde, quando já não é possível atingir valores significativos do capital acumulado.

Verifica-se igualmente alguma falta de atratividade dos produtos de poupança existentes, na medida em que os rendimentos líquidos se revelam muitas vezes mais baixos do que o esperado, o que desencoraja a participação. Os motivos são variados e vão desde a fiscalidade até às comissões elevadas, passando pela inflação. Mas os baixos rendimentos são sobretudo consequência de atitudes adversas ao risco, comuns entre os aforradores e promovidas pelos operadores de mercado na Europa⁵.

Por fim, existe falta de escala no setor dos fundos de pensões, o que é provocado pela uma elevada fragmentação. A média de ativos na UE é de 2 mil milhões de euros por fundo e 80% dos fundos têm menos de mil milhões de euros em ativos. A falta de escala é provocada em parte pela pequena dimensão dos mercados nacionais de pensões e por sua vez contribui para uma menor rentabilidade dos mesmos⁶.

Por ter uma dimensão reduzida na maioria dos Estados-membros, o setor dos fundos de pensões não está a atrair poupanças suficientes para alimentar o investimento de longo prazo, essencial para o aumento da produtividade. Em contrapartida, nos EUA, bem como nos países europeus cujos sistemas de pensões assentam em grande parte na capitalização das poupanças, como os Países Baixos, a Suécia ou a Dinamarca, os fundos de pensões representam um vasto pool de capital de longo prazo e são uma força importante no financiamento da economia real. Só através do desenvolvimento do mercado europeu de capitais será possível fazer face às gigantescas necessidades de financiamento da transição para a economia verde, da transformação digital, e da inovação tecnológica através nomeadamente da promoção de *start-ups*, como recomenda o relatório Draghi.

O montante de ativos investidos em fundos de pensões na UE representa apenas 15% do montante equivalente nos EUA e o valor dos seus investimentos em ações de empresas cotadas na bolsa representa 7% do valor equivalente nos EUA. A diferença

² Segundo as projeções incluídas no Ageing Report de 2024.

³ EIOPA Barometer 2024. EIOPA = European Insurance and Occupational Pensions Authority.

⁴ OECD, *Pensions at a Glance 2025*, p. 231.

⁵ Na OCDE, a taxa média de retorno nominal de fundos de pensões em 2014-23 foi de 4,4% o que corresponde a 1,4% em valor real.

⁶ Portugal distingue-se pela extrema fragmentação do mercado: de acordo com o último relatório da ASF, existiam em Portugal 239 fundos de pensões com um valor médio de ativos sob gestão de 81 milhões de euros e apenas seis fundos detinham ativos de valor superior a mil milhões de euros.

entre a UE e os EUA no que respeita ao papel dos fundos de pensões enquanto investidores é um fator determinante da diferente dinâmica dos mercados de capitais e indiretamente das diferenças em produtividade e competitividade.

3. As recomendações da Comissão Europeia

A Comissão lançou em 2025 uma estratégia com o objetivo de dinamizar o mercado europeu de capitais através da criação da União da Poupança e dos Investimentos. Integra-se nessa estratégia mais vasta a presente Recomendação, em que a Comissão sugere aos Estados-membros a implementação gradual de três medidas:

3.1. A disponibilização a todos os cidadãos de um Sistema de Rastreamento das Pensões (*Pension Tracking System*)

Trata-se de um serviço único nacional, gratuito e acessível a todos os cidadãos, que lhes proporcione uma visão geral dos direitos individuais acumulados em todos os regimes em que estejam inscritos, sejam públicos ou privados. Deverá ainda apresentar projeções dos futuros rendimentos na reforma, incluindo todos os regimes. Deve ser ainda assegurada a compatibilidade com uma futura ligação ao SEAP (Serviço Europeu de Rastreamento das Pensões), tendo em vista os trabalhadores cuja carreira profissional se estende por vários países da UE.

O objetivo deste sistema é permitir aos cidadãos tomar decisões mais fundamentadas quanto à aplicação das suas poupanças com vista à reforma.

3.2. A criação de um Painel de Avaliação das Pensões: *Pension Dashboard*

Trata-se de um instrumento de monitorização da adequação e da sustentabilidade dos sistemas de pensões, cobrindo todos os regimes, públicos e privados, de poupança coletiva ou individual. O Painel deverá conter um conjunto vasto de indicadores, sobre níveis de participação, contribuições e rendimentos, risco de pobreza e distribuição do rendimento, bem como projeções. O objetivo é proporcionar aos decisores políticos, bem como

aos parceiros sociais e o público em geral, uma base informativa mais completa acerca da real situação e perspetivas futuras do sistema de pensões na sua integralidade.

3.3. A generalização da Inscrição Automática nos regimes complementares (*Autoenrolment*)

A inscrição automática é um método de promoção da participação em planos de pensões que consiste em inscrever todos os trabalhadores de uma empresa no respetivo plano de pensões, que satisfaçam um certo número de condições (idade, antiguidade, remuneração), dando-lhes a possibilidade de se desinscreverem dentro de um certo período (opt-out). A participação do trabalhador assim como a criação do plano pela empresa supõem um determinado nível de contribuição fixada a uma taxa fixa, que pode ser progressiva. O objetivo do é ultrapassar o desvio comportamental de procrastinação por parte dos trabalhadores que faz com que a poupança privada para a reforma seja baixa e tardia.

A inscrição automática está já generalizada nos EUA, no Reino Unido e na Nova Zelândia, e foi recentemente introduzida com carácter voluntário em vários países europeus (Itália, Polónia, Lituânia, Alemanha, Irlanda). Os casos de sucesso, medido pelo aumento nas taxas de participação nos regimes complementares, tem sido variável, mas estima-se que tais taxas serão superiores em mais de 30% ao que seriam se não existisse inscrição automática. No reino Unido as taxas de participação aumentaram de 17% para 75%, porque o método é de aplicação obrigatória, mas onde isso não foi possível, os níveis de participação são muito mais baixos.

Quando a adoção da inscrição automática assume carácter voluntário, o maior ou menor sucesso da iniciativa dependerá de uma série de fatores que contam como atrativo para as empresas e os trabalhadores, como sejam os critérios de elegibilidade, as taxas contributivas, as condições de opt-out e os incentivos fiscais. Em particular, a dificuldade dos trabalhadores de baixos salários em aderir pode ser contrariada através de subsidiação das suas contribuições até um determinado patamar mínimo, como sucede na Alemanha.

⁷ Comunicação da Comissão COM (2025) 124 final de 19.3.2025 "Saving and Investments Union – A Strategy to foster citizens' wealth and economic competitiveness in the EU".

4. Relevância das recomendações da Comissão Europeia para Portugal

Como vimos, a Comissão Europeia faz um diagnóstico negativo do setor das pensões complementares na UE, questionando a sua capacidade para desempenhar um papel efetivo de apoio ao rendimento dos futuros pensionistas e à mobilização das poupanças para o investimento produtivo. Atendendo a que Portugal, relativamente aos países da União Europeia, apresenta atualmente:

- a mais baixa cobertura da população ativa por regimes complementares profissionais,
- uma das mais baixas proporções da população ativa face à população idosa,
- a mais rápida queda da taxa de substituição das pensões,

afigura-se que o diagnóstico toma, no nosso caso, dimensões verdadeiramente preocupantes. Motivo mais do que suficiente para que o Governo e os parceiros sociais tomem em devida consideração a implementação destas recomendações.

A nossa administração já está em parte preparada para essa tarefa. Está operacional desde há alguns anos um simulador no site da Segurança Social que permite conhecer o valor da pensão previsivelmente concedida pelo sistema público. Para obter um Sistema de Rastreamento, falta integrar o valor previsível do capital acumulado nos regimes complementares de cada cidadão, o que exigirá o aprofundamento da cooperação entre o Estado e os privados.

O Governo já publica anualmente projeções do saldo do sistema previdencial e da reserva do fundo de estabilização, bem como uma série de indicadores

sobre pensões, no relatório que acompanha a proposta anual de Orçamento de Estado. Para poder dispor de um Painel de Avaliação completo faltará integrar indicadores e projeções respeitantes ao sistema de proteção social convergente, que cobre os trabalhadores do serviço público inscritos até 2006, bem como dados respeitantes aos regimes complementares, estimativas das taxas de substituição, e indicadores de pobreza entre os idosos e de desigualdade entre grupos etários e géneros.

Afigura-se mais complexa a tarefa de introduzir a inscrição automática nos nossos regimes complementares profissionais. Para os empregadores, a criação de planos profissionais pode constituir um fator de atração de talento, e um trunfo reputacional. Pode também servir de compensação para aumentos salariais na negociação coletiva. Mas induzirá decerto um acréscimo nos custos correntes e alguma carga administrativa adicional sobretudo na fase inicial de estudo e negociação do plano de pensões. Estas dificuldades ficariam mitigadas se os planos profissionais fossem enquadrados pela negociação coletiva a nível de setor de atividades, o que se justifica sobretudo para as médias e pequenas empresas.

O Estado pode ajudar os empregadores a ultrapassar estas dificuldades. No Livro Verde sobre a Sustentabilidade da Segurança Social, foram feitas recomendações neste sentido. O Estado podia criar um plano modelo integrando a inscrição automática, que facilitaria aos empregadores e, no caso de negociação coletiva, também aos sindicatos, a tarefa de conceber e pôr em prática um plano de pensões profissionais ao nível de setor ou de empresa. Também o atual regime fiscal de benefícios à poupança deveria ser revisto, pois tem sido muito pouco eficaz, dado o baixo nível dos mesmos, para estimular a poupança dos trabalhadores e a iniciativa dos empregadores. ●



OS DESAFIOS



TRANSIÇÕES DIGITAIS CENTRADAS NO SER HUMANO: DESAJUSTAMENTOS ENTRE COMPETÊNCIAS E O MERCADO DE TRABALHO EUROPEU

O Cedefop - a agência europeia dedicada ao desenvolvimento da formação profissional na União Europeia, publicou no passado mês de janeiro de 2026 um relatório onde congrega uma edição especial de "working papers" resultantes de uma conferência realizada no final de 2024 sobre as transições digitais.

Esta conferência baseou os seus trabalhos num conjunto de investigações realizadas e concretizadas em documentos lançados pelo Cedefop em outubro de 2023, nos quais os investigadores envolvidos tinham sido convidados a desenvolver as suas apresentações em torno dos dados obtidos pelo segundo Inquérito Europeu sobre Competências e Empregos (ESJS2) 2021, realizado por este Centro e que nunca tinham sido antes trabalhados.

Na referida conferência, agora divulgada, foi mostrado como as mudanças tecnológicas, mais recentemente sob a forma de novas tecnologias digitais e de inteligência artificial (IA), estão a remodelar rapidamente as exigências de competências do mercado de trabalho da UE, conforme afirmado pelos dados do referido inquérito.

De acordo com esta agência europeia, estas mudanças podem conduzir a discrepâncias entre as capacidades dos trabalhadores e as exigências dos seus empregos e podem impor custos económicos e sociais significativos, ao pressionar os salários para baixo, diminuir a satisfação no trabalho e levar a um sub-aproveitamento do capital humano.

O relatório refere também que a pandemia da COVID-19 e as respetivas medidas de distanciamento social, juntamente com as subsequentes políticas da UE e nacionais destinadas a promover uma "transição digital", aceleraram este processo de transformação, tendo sido particularmente levantadas preocupações relativamente às consequências negativas da automação no emprego, bem como à baixa produtividade e competitividade, que é em parte resultado da escassez e das lacunas de competências que afetam as economias europeias. Por conseguinte, é amplamente defendido que, a menos que os indivíduos se envolvam num processo significativo de requalificação ou de aperfeiçoamento profissional (reskill ou upskill), terão dificuldades em adaptar-se ao novo panorama económico.

Foi, pois, para aprofundar a compreensão de como a digitalização afeta a natureza do trabalho e as discrepâncias de competências nos mercados de trabalho europeus, que o Cedefop realizou a sua segunda ronda do Inquérito Europeu sobre Competências e Empregos (ESJS2), o seu principal inquérito sobre as competências dos trabalhadores adultos, em 2021.

O ESJS2 é um conjunto de dados único e abrangente da UE que contém informações comparativas de todos os 27 Estados-Membros da UE, bem como da Islândia e da Noruega, centradas na intensidade das tecnologias digitais utilizadas pelos trabalhadores adultos nos seus empregos, no nível de competências profissionais exigidas, no tipo de discrepâncias de competências que os afetam e na medida em que participam em formação – incluindo formação de adultos – para mitigar as suas lacunas de competências.

O inquérito contém informações inéditas sobre o impacto real da tecnologia digital nas tarefas dos trabalhadores, o seu risco de automação e as consequências para o bem-estar dos trabalhadores e a qualidade do emprego.

No seu relatório emblemático "Setting Europe on course for a human digital transition" (Colocando a Europa no rumo de uma transição humana para o digital), o Cedefop realizou também uma primeira análise empírica aprofundada dos dados do ESJS2, destacando as oportunidades, mas também os riscos da transformação digital.

Nesta edição especial da série de documentos de trabalho do Cedefop, foram elaboradas contribuições de pesquisa originais, nas quais especialistas utilizam, pela primeira vez, os microdados do ESJS2. Em dez artigos relativamente curtos e comparáveis, podemos beneficiar de uma riqueza de análises empíricas focadas e robustas, abrangendo uma ampla gama de diferentes aspetos focados em como a transição digital está a afetar o mundo do trabalho e as competências na Europa.

O relatório pode ser consultado aqui: [Human-centred digital transitions and skill mismatches in European workplaces – Publications Office of the EU](#)

Mas, afinal, quais são as grandes mensagens deste relatório?

Este documento aborda a transformação digital, as competências necessárias, as desigualdades e as políticas relacionadas, no mercado de trabalho na Europa.

Transição Digital e Desafios de Competências

A digitalização acelerada devido à pandemia de COVID-19 promoveu mudanças no mercado de trabalho, aumentando a procura de formação e requalificação, melhorando o uso de competências e afetando diferentes grupos de trabalhadores de formas distintas. Gerou algumas desigualdades no mercado de trabalho que representam um desafio e devem, portanto, ser combatidas

Efeitos da Digitalização na Procura de Formação

A digitalização aumentou significativamente a necessidade de formação dos trabalhadores.

- Os trabalhadores afetados pela digitalização têm 15,7 % mais de probabilidades de solicitar formação geral;
- A procura de formação em TI aumentou 39,7%;
- A resposta à formação indica que os trabalhadores reconhecem a necessidade de melhorarem as competências em resposta às mudanças tecnológicas;
- A digitalização reduz a subutilização de competências em 17,5%;
- Apesar da melhoria no uso das competências, a satisfação no trabalho diminuiu 3,08 pontos (escala de 1 a 10);

- Os benefícios da digitalização concentram-se nos trabalhadores mais favorecidos (homens, urbanos, altamente qualificados, tarefas não rotineiras);
- Os grupos vulneráveis apresentam respostas adaptativas limitadas, agravando as desigualdades.

Sobre os Efeitos da Transformação Tecnológica na Qualidade do Trabalho

A inovação organizacional e a capacidade de formação das empresas facilitam a adaptação dos trabalhadores:

- O envolvimento em I&D, o uso de tecnologias digitais e a formação organizacional impulsionam a inovação;
- As possibilidades de formação reduzem a subutilização de competências, especialmente dos trabalhadores menos qualificados;
- A digitalização não afeta diretamente a correspondência entre as qualificações e as necessidades de competências do mercado de trabalho, mas melhora a resiliência empresarial.

Desigualdades por Idade e Género na Digitalização

- A idade e o género influenciam o uso de tarefas digitais no trabalho;
- Os jovens (25-34 anos) realizam tarefas digitais de alta intensidade com maior frequência;
- Os trabalhadores mais velhos realizam tarefas de baixa digitalização ou não as utilizam de todo;
- São os homens que têm maior probabilidade de realizar tarefas digitais intensas;
- As mulheres, especialmente idosas, têm maior risco de não utilizar ou de ter tarefas de baixa qualificação digital;
- Existem diferenciais de género e de idade com impacto salarial e com maior disparidade na faixa dos 55-65 anos;
- Há um maior acesso à formação para trabalhos digitalmente intensivos.

Influência da Tecnologia na Capacitação e na Formação

As mudanças tecnológicas aumentam a necessidade de requalificação:

- As tecnologias digitais têm impacto nas tarefas, criando necessidade de novas competências;
- Os trabalhadores expostos a novas tecnologias têm 26 % de maior probabilidade de acesso a formação;
- As perceções sobre automação e mudanças

tecnológicas influenciam a participação na formação;

- 13% dos trabalhadores na UE enfrentam desajustamentos ao nível das competências digitais;
- As empresas com abordagens sistemáticas de formação aumentam a participação dos trabalhadores na mesma.

Escassez de Competências e Recrutamento

As práticas de contratação podem aprofundar vulnerabilidades no mercado de trabalho:

- Empresas que adotam tecnologia e *offshoring* tendem a contratar trabalhadores sem históricos contínuos de formação;
- Trabalhadores autónomos têm maiores possibilidades de serem contratados para funções não rotineiras;
- Políticas de ativação de formação devem focar-se na procura do lado das empresas;
- O recrutamento tende a favorecer quem possui experiência empreendedora e competências específicas.

Medição de Escassez de Competências

A escassez de competências é um dos principais desafios das políticas públicas:

- Estima-se que 3,5% dos empregos na UE enfrentam potencial escassez de competências;
- 2% das vagas na UE e no Reino Unido são difíceis de preencher;
- As profissões de Ciência, Engenharia, TIC, Gestão e Ensino apresentam uma maior escassez.

O Impacto da IA no Mercado de Trabalho

A difusão da IA está a transformar diversas ocupações, além de setores especializados:

- A adoção de IA expande-se para profissões criativas, técnicas e de gestão;
- Há mudanças na estratégia empresarial, de eficiência para inovação, que impulsionam a procura de novas competências;
- Existe a necessidade de currículos interdisciplinares e de aprendizagem ao longo da vida;
- O setor de Defesa e Aeroespacial mostra uma maior motivação para a requalificação, devido ao medo de obsolescência;
- As parcerias ao nível das qualificações podem fortalecer a transição digital centrada no trabalhador.

Educação e Transição Digital na Docência

A digitalização na educação enfrenta barreiras, mas os professores demonstram resiliência:

- 75% dos professores usaram novas ferramentas digitais durante a pandemia – a maioria espera um impacto mínimo na sua futura empregabilidade;
- As formações contínuas reforçam a adaptação dos docentes;
- Existe uma necessidade de consciencialização contínua sobre os desafios futuros da digitalização na educação.

Conclusão Geral

A transformação digital na Europa exige políticas focadas em requalificação, redução de desigualdades e preparação para novas procuras tecnológicas, com atenção especial para as vulnerabilidades demográficas e de género.

Impacto da Digitalização no Mercado de Trabalho Europeu

Redução do Subaproveitamento de Competências

A digitalização melhora a correspondência entre competências e tarefas:

- Reduz, como vimos acima, o subaproveitamento de competências em 17,5 %;
- Demonstra que as tecnologias digitais complementam as capacidades humanas, em vez de as substituir;
- Os efeitos positivos são mais evidentes entre os trabalhadores não rotineiros, com maior uso de tarefas cognitivas e interpessoais;
- Os trabalhadores rotineiros não apresentam mudanças significativas na utilização das suas competências.

Mecanismos que Influenciam os Efeitos da Digitalização

A aceitação das tecnologias digitais é fundamental:

A digitalização reduz em 53% a atitude positiva em relação às tecnologias digitais;

Outros mecanismos, como o risco de mudança de tarefas, de maior complexidade das mesmas ou de novas tarefas digitais, não apresentam efeitos estatisticamente significativos;

Atitudes positivas aumentam a satisfação no trabalho e reduzem o subaproveitamento de competências.

Desigualdade nos Benefícios da Digitalização

Os benefícios não são distribuídos de forma uniforme, como já referimos:

- Os homens, residentes urbanos e trabalhadores não rotineiros são os que mais beneficiam;
- São os trabalhadores com ensino superior os que demonstram maior redução no subaproveitamento e uma maior procura de formação em TI;
- Os trabalhadores insatisfeitos com suas perspetivas de carreira respondem mais à digitalização;
- Os trabalhadores rurais e com menor escolaridade apresentam respostas limitadas, aumentando as desigualdades.

Contribuições e Implicações Políticas

A digitalização melhora o alinhamento das competências com as necessidades do mercado de trabalho e aumenta a capacitação, desafiando a visão de mudanças entre postos de trabalho:

- As políticas devem focar-se na aceitação tecnológica e na formação direcionada para grupos vulneráveis;
- Investir na capacidade de formação das organizações ajuda a mitigar desajustes de competências;
- A adaptação rápida do mercado de trabalho à tecnologia é possível, mas requer atenção às desigualdades.

Sobre a Capacidade do Formando Organizacional

A capacidade do formando das organizações ajuda a reduzir a subutilização das suas competências e a sua qualificação inadequada, especialmente entre trabalhadores menos qualificados, promovendo a adaptação às mudanças tecnológicas:

- O investimento na cultura da aprendizagem melhora o desempenho de trabalhadores menos qualificados, associada a menor subutilização de competências e a menor sobrequalificação real;
- Setores com forte cultura de aprendizagem organizacional facilitam tarefas complexas para trabalhadores menos qualificados;
- Organizações inovadoras em produtos aumentam subutilização de competências e a superqualificação de trabalhadores;
- A inovação em marketing aumenta a subqualificação entre trabalhadores de colarinho branco, sem efeito em trabalhadores de colarinho azul;

- A inovação organizacional beneficia ambos os grupos, reduzindo a subqualificação nos trabalhadores de colarinho branco;
- A capacidade de aprendizagem pode substituir qualificações formais, facilitando o *upskilling* de trabalhadores menos qualificados;
- Investimentos em capacidade de aprendizagem fortalecem resiliência empresarial e inovação;
- A subqualificação educacional reflete desajustes entre oferta académica e procura do mercado, especialmente em setores de conhecimento;
- Em ambientes artesanais, a subqualificação indica sucesso de estratégias de inovação e aprendizagem organizacional;
- A capacidade de formação responde à escassez de mão de obra, expandindo talentos internos, contribui para resiliência empresarial e para a continuidade operacional frente a disrupções de mercado, complementando ainda investimentos em tecnologias da Indústria 4.0, e promovendo a capacitação humana.

Desigualdades de Idade na Digitalização do Trabalho

A digitalização acentua a segregação por idade nas tarefas digitais, com trabalhadores mais velhos tendo menor participação em tarefas digitais e na formação, além de diferenças nos ganhos salariais:

- Os trabalhadores mais jovens ocupam posições com maior utilização de tecnologia digital e tarefas complexas;
- Os trabalhadores mais velhos tendem a desempenhar funções com menor procura digital;
- O género influencia a segregação, estando as mulheres mais velhas menos expostas a tarefas digitais;
- 1/3 dos trabalhadores na UE precisa de competências digitais adequadas;
- Os trabalhadores mais velhos investem mais em formação digital, mas ainda enfrentam barreiras;
- As disparidades de género e de idade acentuam a segregação digital, agravando a desigualdade salarial;
- Os trabalhadores mais jovens têm maior probabilidade de realizar tarefas digitais de alta complexidade;
- A participação em formações digitais é maior em trabalhos de alta intensidade digital, havendo poucas diferenças por idade;
- Os salários aumentam com a intensidade digital, mas caem na faixa dos 55-64 anos, especialmente para as mulheres;
- As desigualdades salariais de género aumentam na faixa dos 55-64 anos, e havendo mais mulheres reformadas;

- A segregação por idade e género na digitalização tem impacto na desigualdade de oportunidades e salários.

Impacto da Digitalização na Educação e na Formação

A digitalização influencia a participação na formação e a aquisição de competências digitais, com maior envolvimento em tarefas de alta intensidade digital, mas com disparidades de idade e género:

- 64% dos trabalhadores participaram em formação, em 2020-2021;
- A participação em formação aumentou com a maior utilização de tecnologia digital;
- Os trabalhadores com tarefas de alta intensidade digital têm maior probabilidade de se formar;
- As disparidades de género na participação em formação são mínimas;
- Os trabalhadores mais jovens e com maiores qualificações participam mais em formações digitais;
- A formação é mais comum em empregos com maior uso de tecnologia digital;
- Os diferenciais de género na formação digital são pequenos, mas persistentes;
- As formações reforçam a adaptação às mudanças tecnológicas, reduzindo as desigualdades;
- A participação em formação é influenciada por fatores como a educação, a duração no emprego e o tamanho da empresa.

Desigualdades Salariais na Digitalização do Trabalho

A digitalização aumenta os retornos salariais, mas as diferenças por idade e género persistem, especialmente na faixa dos 55-64 anos, com maior disparidade para as mulheres:

- Os trabalhos com maior conteúdo digital têm salários mais altos;
- Os salários aumentam com a idade até aos 45-54 anos, depois caem na faixa dos 55-64;
- As diferenças salariais por idade não são estatisticamente significativas após controle;
- Os trabalhadores mais experientes ganham mais, mas a tendência de queda na faixa 55-64 é mais acentuada para as mulheres;
- Os diferenciais de género no salário aumentam na faixa dos 55-64 anos;
- As disparidades de salário refletem diferenças na participação em tarefas digitais e oportunidades de crescimento;

- A digitalização reforça a necessidade de políticas para reduzir desigualdades de idade e de gênero no mercado de trabalho.

Mudanças Tecnológicas e Capacitação dos Trabalhadores

A adoção de novas tecnologias digitais tem impacto na composição das tarefas, com maiores necessidades de formação, especialmente em tarefas de criação e mudança de funções, e afeta diferentes grupos de trabalhadores:

- 58% dos empregados não tiveram mudanças tecnológicas no último ano;
- 42% enfrentaram novas tecnologias, com variações de impacto na tarefa;
- 13% tiveram mudanças de tarefas, 10% na criação de tarefas, 5% em ambos;
- As tecnologias digitais aumentaram a complexidade das tarefas e a necessidade de formação;
- As mulheres têm menor probabilidade de serem impactadas por mudanças tecnológicas;
- Os trabalhadores com maior qualificação e menor tempo de emprego sofrem um maior impacto;
- O impacto na rotina de trabalho varia conforme o tipo de mudança tecnológica;
- A formação relacionada com a tecnologia aumenta com o impacto das mudanças, especialmente em tarefas de criação e mudança de tarefas;
- As políticas de capacitação devem focar-se na inclusão de grupos mais vulneráveis às mudanças tecnológicas.

O Impacto da Tecnologia no Mercado de Trabalho

Estudos mostram que a digitalização e automação estão a transformar os empregos, exigindo maior qualificação e promovendo mudanças na procura das competências.

Relevância Política e Impactos na Formação

A digitalização aumenta a complexidade do trabalho e a necessidade de capacitação, especialmente para grupos vulneráveis:

- Trabalhadores com maiores níveis de educação estão mais expostos às mudanças tecnológicas;
- Mudanças tecnológicas estão relacionadas com uma maior necessidade de formação, especialmente em tarefas que envolvem disrupção ou criação de tarefas;
- Trabalhadores afetados pela tecnologia têm 14% mais de probabilidades de receber formação;

- O impacto da mudança de tarefas aumenta a probabilidade de formação em até 26%;
- Recomenda-se o investimento em competências de resolução de problemas, criatividade e agilidade, especialmente para trabalhadores mais velhos e com menor escolaridade.

Participação em Formação Digital

Fatores que estimulam a participação incluem percepções de automação, ambiente de trabalho favorável e atitudes positivas em relação à tecnologia:

Os trabalhadores que temem a automação participam 4% a mais em formação digital; A percepção de que as tecnologias ajudam na atualização aumenta a participação em 14%; Os trabalhadores que percebem o ambiente de trabalho favorável (revisão de necessidades, avaliação de desempenho, remuneração vinculada ao desempenho) têm 5 a 9 % a mais de probabilidades de participar; Atitudes positivas, como achar a tecnologia útil e prazerosa, aumentam a participação em 1 a 3%.

Barreiras e Desigualdades na Capacitação

Apesar dos esforços, há necessidade de ampliar o acesso à formação, especialmente para grupos menos informados ou com menor escolaridade.

- 62% dos trabalhadores na UE participaram em alguma formação nos últimos 12 meses;
- 50% participaram em formação digital, mas há espaço para aumentar essa taxa;
- Trabalhadores digitalmente subqualificados representam 13%, sendo que 73% deles participaram em alguma formação;
- Diferenças de gênero, idade, educação e região ainda persistem na participação em formações digitais;
- Trabalhadores com qualificação inicial em VET apresentam taxas menores de falta de correspondência, sugerindo necessidade de melhor adaptação às procuras digitais.

Políticas e Estratégias de Capacitação Digital

O relatório refere que as ações governamentais e institucionais devem focar-se na inclusão de grupos vulneráveis e na ampliação de oportunidades de formação:

- **A meta da EU é de 60% de adultos em formação anual**, mas atualmente atingimos 39,5%;
- 80% da população deve possuir habilidades digitais básicas até 2030;
- O relatório inclui *Recomendações que incluem*

o estabelecimento de estratégias nacionais, parcerias público-privadas, campanhas de consciencialização e fortalecimento de ecossistemas de formação;

· É importante alinhar diferentes fontes de dados e medidas de competências digitais para melhor direcionar políticas.

Algumas conclusões - Os anos mais recentes

Adoção da IA no Mercado de Trabalho da UE

A crescente adoção da inteligência artificial (IA) está a transformar o mercado de trabalho na União Europeia, com aumento da procura por competências específicas e mudanças nas profissões.

O relatório refere como os anúncios de emprego relacionadas com a IA cresceram de 0,032% em 2019 para 0,087% em 2024, tendo o crescimento mais rápido ocorrido em 2024, com aumento de 41,51% em relação ao ano anterior.

A procura por competências de IA expandiu-se para além de funções técnicas, atingindo áreas como recursos humanos, comunicação, operações, finanças e educação. A classificação de ocupações em três clusters (Construir, Habilitar, Melhorar) permite entender diferentes formas de adoção da IA. A proporção de empregos no cluster "Construir" aumentou de 22,4% em 2019 para 27,4% em 2024, indicando maior investimento em novos produtos e capacidades de IA. A procura por habilidades específicas varia, com destaque para áreas como processamento de linguagem natural e IA generativa. As competências mais requisitadas incluem *frameworks* como Scikit-Learn, TensorFlow, PyTorch, e ferramentas de IA generativa como o ChatGPT. A análise de utilização de IA mostra que a maioria das ocupações está a adotar a IA para a inovação, transformação de processos ou melhoria de eficiência.

A difusão da IA em diferentes setores reforça a necessidade de políticas de formação e requalificação específicas para as diferentes funções.

Tendências e Implicações das Necessidades de Formação em IA

Os resultados evidenciam uma procura crescente por competências de IA, com impacto na diversificação de funções e necessidades de políticas de formação. A procura por competências de IA mais que duplicou de 0,032% em 2019 para 0,087% em 2024.

A difusão de IA é mais forte em áreas como geração de conteúdos, visão computacional e conhecimento da máquina. A maioria das ocupações está a adotar a IA para a inovação, a transformação de processos ou a otimização de tarefas existentes. As competências específicas mais procuradas variam por função, destacando-se a importância de competências especializadas.

A crescente adoção de IA em setores diversos reforça a necessidade de políticas de formação contínua e requalificação; e existem dados que ajudam a orientar estratégias de educação, formação profissional e políticas públicas para dar resposta às novas necessidades do mercado de trabalho. A análise reforça a importância de se monitorizarem tendências em tempo real, para se definirem e seguirem políticas ágeis e eficazes na adaptação às mudanças tecnológicas.

O Impacto da Inteligência Artificial no Mercado de Trabalho

A tecnologia de IA está a revolucionar o mundo do trabalho, transformando ou eliminando empregos, incluindo na educação. A maioria dos empregos, de alta e baixa qualificação, será afetada pela transformação digital.

A educação, desde o ensino primário, será impactada pelo uso de tecnologias digitais: mas se 64% dos trabalhadores na UE confiam que as novas tecnologias terão um impacto mínimo nos seus empregos, os professores têm uma confiança ainda maior, com 65,89%, esperando um impacto mínimo. Professores com qualificações mais baixas percecionam, contudo, uma maior necessidade de desenvolvimento de competências digitais. ●



AS POLÍTICAS



A DIGITALIZAÇÃO FINANCEIRA É A REVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS

A transformação digital do sistema financeiro está a alterar profundamente o funcionamento da economia real. Pagamentos instantâneos, *fintechs*, *open banking* e novas formas de financiamento estão a redefinir a relação entre empresas, instituições financeiras e consumidores.

O sistema de pagamentos encontra-se no centro da transformação financeira global. A evolução tecnológica permitiu reduzir drasticamente o tempo de liquidação das transações e introduziu novos intermediários financeiros capazes de integrar pagamentos diretamente na experiência de consumo. Para o setor do comércio e serviços, onde predominam pequenas e médias empresas, esta mudança representa simultaneamente uma oportunidade estratégica e um desafio de adaptação.

À medida que instituições como o Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e reguladores internacionais debatem novas infraestruturas financeiras digitais, torna-se claro que o acesso a financiamento, a gestão de pagamentos e a integração tecnológica serão, nos próximos anos, fatores críticos de competitividade empresarial.

A crescente atenção dada aos sistemas de pagamento reflete uma mudança mais profunda na forma como governos e instituições encaram as infraestruturas financeiras, demonstrando que a infraestrutura de pagamentos pode ser desenvolvida como política industrial e tecnológica, criando plataformas nacionais altamente competitivas.

Pagamentos, dados financeiros e moedas digitais passaram a ser vistos como elementos centrais da soberania económica. A competição tecnológica nos pagamentos digitais poderá redefinir o equilíbrio do sistema monetário internacional nas próximas décadas.

As transformações para as empresas e para os consumidores

No comércio digital e físico, o pagamento está a deixar de ser um momento final da transação para se tornar uma componente invisível da jornada do cliente. Entre as principais tendências observadas destacam-se: (i) o crescimento dos pagamentos instantâneos na Europa, (ii) a proliferação de carteiras digitais e pagamentos móveis e (iii) a expansão do conceito de *embedded finance*, no qual serviços financeiros são integrados diretamente em plataformas comerciais.

Esta evolução tem sido fortemente influenciada pela política pública europeia, que procura reduzir a dependência de redes globais de pagamento, reforçando a autonomia do sistema financeiro europeu nos pagamentos do retalho.

Para as empresas do comércio e serviços, a transformação financeira, mais do que uma mudança tecnológica, representa uma reconfiguração da infraestrutura económica que suporta o funcionamento das empresas.

As organizações que conseguirem integrar soluções financeiras digitais nas suas operações poderão beneficiar de ganhos competitivos decorrentes de uma maior eficiência nos pagamentos, melhor gestão de tesouraria, acesso mais rápido a financiamento, integração entre plataformas comerciais e serviços financeiros e experiências de pagamento mais fluidas para os consumidores.

Por outro lado, empresas que permaneçam dependentes de sistemas tradicionais poderão enfrentar custos operacionais mais elevados e menor acesso a novas fontes de capital.

A abordagem da União Europeia

Apesar de possuir um sistema bancário robusto e infraestruturas financeiras sofisticadas, a União Europeia depende significativamente de operadores internacionais em áreas críticas dos pagamentos digitais. Por exemplo, uma parte significativa dos pagamentos com cartão na Europa é processada através de redes internacionais.

Para muitos decisores europeus, esta dependência levanta uma questão de autonomia estratégica. Segundo a Comissão Europeia, o objetivo é garantir que a Europa possui infraestruturas de pagamento resilientes, inovadoras e sob governação europeia, capazes de competir num mercado global cada vez mais tecnológico. Neste contexto, iniciativas como o Euro Digital, atualmente em fase de preparação pelo Banco Central Europeu, representam uma tentativa de modernizar a infraestrutura monetária da área do euro e garantir que a moeda europeia permanece relevante numa economia cada vez mais digital.



Caixa de texto 1 – Geopolítica e os sistemas de pagamento

O sistema de pagamentos internacional tem sido historicamente dominado por infraestruturas sediadas ou fortemente influenciadas pelos EUA. Entre os exemplos mais relevantes encontram-se, redes internacionais de cartões como a Visa e Mastercard, grandes plataformas tecnológicas de pagamentos, sistemas de compensação em dólares, ou a infraestrutura de mensagens financeiras utilizada pelos bancos a nível global.

Este domínio confere aos Estados Unidos um grau significativo de influência sobre o sistema financeiro internacional. A utilização do dólar como principal moeda de reserva global reforça ainda mais essa posição. Atualmente, cerca de 58% das reservas cambiais mundiais continuam denominadas em dólares, segundo dados do Fundo Monetário Internacional.

Além disso, uma grande parte do comércio internacional é liquidada em dólares, mesmo quando envolve países que não utilizam a moeda norte-americana.

Durante décadas, os sistemas de pagamento foram vistos sobretudo como infraestruturas técnicas do sistema financeiro. Hoje, são cada vez mais entendidos como instrumentos de poder económico e geopolítico, na medida em que quem contro-

la as infraestruturas de pagamento controla fluxos financeiros globais, dados económicos e, em muitos casos, instrumentos de influência política e regulatória.

Na Ásia têm-se vindo a desenvolver ecossistemas de pagamento digitais extremamente avançados. Na China, plataformas tecnológicas criaram sistemas de pagamento integrados que combinam comércio eletrónico, pagamentos móveis e serviços financeiros. Na Índia, o sistema UPI – Unified Payments Interface tornou-se um dos maiores sistemas de pagamentos instantâneos do mundo, processando mais de 10 mil milhões de transações mensais.

O Brasil criou em 2020 o sistema PIX, que é operado pelo Banco do Brasil, e tem tido uma enorme adesão por parte das empresas e consumidores, registando mais de 4 mil milhões de transações mensais.

A crescente digitalização do sistema financeiro – incluindo pagamentos instantâneos, plataformas tecnológicas e moedas digitais – está a acelerar esta dimensão estratégica.

Segundo o Banco de Pagamentos Internacionais (BIS), os sistemas de pagamento constituem hoje uma das infraestruturas críticas da economia global, comparáveis às redes de energia ou telecomunicações.

Para a União Europeia, o desafio consiste em combinar inovação tecnológica, integração do mercado interno e autonomia estratégica.

A abordagem europeia para os pagamentos desenvolve-se em três frentes principais. Em primeiro lugar, os pagamentos instantâneos visam criar uma infraestrutura pan-europeia rápida e independente. O sistema TIPS – TARGET Instant Payment Settlement, gerido pelo Banco Central Europeu, permite liquidação imediata de pagamentos em euros, e a legislação obriga os bancos da área do euro a oferecer transferências instantâneas aos clientes. Em segundo lugar, o Euro Digital, atualmente em preparação pelo BCE, pretende garantir o acesso do público ao dinheiro estatal na era digital, funcio-

nando como infraestrutura pública de pagamentos e reduzindo a dependência de soluções privadas estrangeiras. Por fim, a União Europeia promove um mercado financeiro digital integrado através de iniciativas como PSD², PSD³, Open Finance e *Digital Finance Strategy*³, estimulando fintechs⁴ e inovação europeia para criar soluções competitivas globalmente.

Nos últimos anos, o ecossistema fintech passou de um fenómeno marginal para um elemento estrutural do sistema financeiro. As fintech, inicialmente vistas como concorrentes das instituições bancárias tradicionais, evoluíram para modelos de colaboração baseados em Banking-as-a-Service (BaaS), fornecendo tecnologia e infraestruturas que permitem a bancos e empresas oferecer serviços financeiros de forma mais ágil.

¹ <https://www.bportugal.pt/en/page/payment-services-under-psd2>

² PSD3/PSR “revolucionaria” o open banking ao exigir interfaces dedicadas de acesso (APIs) para provedores de serviços de pagamento, eliminando muitos “bloqueios” e práticas de fricção que existiam na PSD2 (https://www.ey.com/en_be/technical/financial-services/financial-services-alerts/psd3-impacts-on-payment-and-electronic-money-institutions-get-ready)

³ A Digital Finance Strategy, lançada em 2020, é o conjunto de políticas e iniciativas da Comissão Europeia destinadas a promover a transformação digital do sistema financeiro na União Europeia.

⁴ Fintech (abreviação de financial technology) refere-se a empresas ou soluções tecnológicas que utilizam inovação digital para oferecer ou melhorar serviços financeiros. Estas soluções podem abranger áreas como pagamentos, crédito, investimentos, seguros ou gestão financeira, normalmente através de plataformas digitais, aplicações móveis ou infraestruturas baseadas em dados.

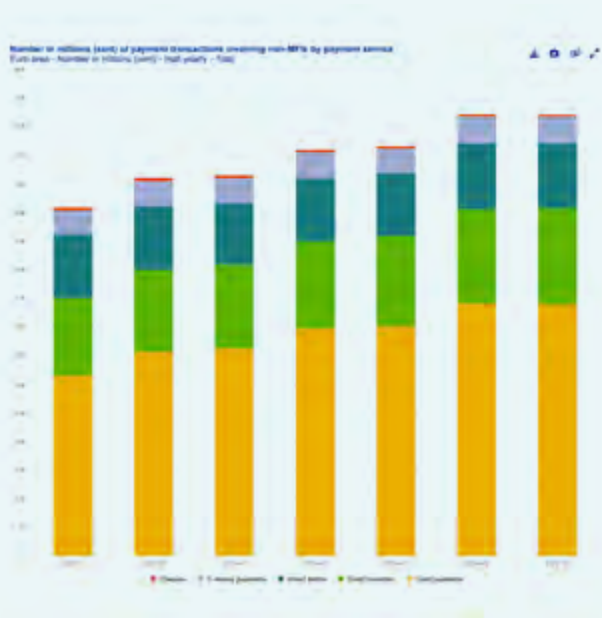
De acordo com o Banco Central Europeu o número de pagamentos não-cash na zona euro em cresceu 7,7% no primeiro semestre de 2025, totalizando 77,7 mil milhões de transações, sendo 56,6% transacionados através de pagamento em cartão, 21,6% através de transferências a crédito, 14,5% débitos diretos e 6% através de e-money (moeda eletrónica, por exemplo, através de *wallets* digitais).

Importa reconhecer que esta transformação foi impulsionada pela regulamentação europeia. A diretiva PSD2 introduziu o princípio do open banking, permitindo que terceiros autorizados acedam a da-

dos financeiros mediante consentimento do cliente. Atualmente, a União Europeia prepara uma nova fase deste processo através da PSD3 e do desenvolvimento do conceito de open finance, que permitirá a partilha de um conjunto mais vasto de dados financeiros e empresariais.

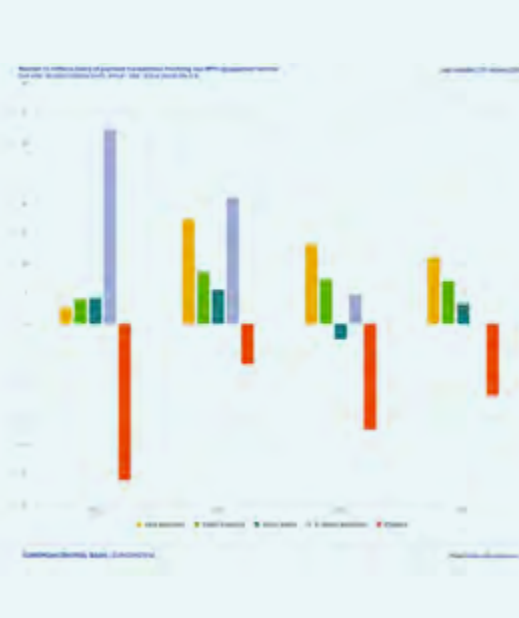
Para as empresas do comércio e serviços, estas mudanças abrem novas possibilidades, como a agregação de contas e gestão integrada de tesouraria, realização direta de pagamentos com custos reduzidos, soluções financeiras integradas em plataformas digitais e personalização de produtos

Gráfico 1 e 2 - Evolução dos pagamentos na área do Euro



Transações por meio de pagamento (nº de transações)

Fonte: <https://data.ecb.europa.eu/data/datasets/PAY/dashboard>



Peso dos meios de pagamento (2020-24)

Fonte: <https://data.ecb.europa.eu/data/datasets/PAY/dashboard>

financeiros com base em dados. Contudo, estas oportunidades vêm acompanhadas de novos riscos operacionais, pelo que regulamentos recentes, como o Digital Operational Resilience Act (DORA)⁵, procuram reforçar a resiliência digital do sistema financeiro europeu, estabelecendo regras mais rigorosas para gestão de risco tecnológico e cibersegurança.

O enquadramento legislativo e a transformação financeira em Portugal

No âmbito da estratégia europeia para as finanças digitais, importa ainda destacar como marco regulatório da UE o Regulamento (UE) 2023/1114, vulgarmente conhecido como Regulamento MiCA (Markets in Crypto-Assets), que estabelece o regime europeu

⁵ https://www.eiopa.europa.eu/digital-operational-resilience-act-dora_en

para os mercados de criptoativos. Este diploma redefina a interseção entre finanças tradicionais, comércio e inovação digital.

O regulamento MiCA⁶ não se limita aos pagamentos digitais, estabelece também regras para a emissão e negociação de novos ativos digitais, criando enquadramento jurídico para modelos emergentes de financiamento. A tokenização de ativos e a emissão de *utility tokens* podem permitir às PME aceder a financiamento comunitário através de plataformas baseadas em *blockchain*, reduzindo a dependência da intermediação bancária tradicional. Nestes casos, o MiCA exige a publicação de um *white paper* detalhado, reforçando transparência e confiança para investidores.

O desenvolvimento deste novo ecossistema exige maior literacia financeira e digital. Para empresários, torna-se essencial distinguir entre *stablecoins* – po-

tencialmente úteis para tesouraria e pagamentos – e criptoativos não garantidos, com maior volatilidade. Para consumidores, a literacia constitui a principal linha de defesa contra fraude, mesmo num ambiente regulado.

Em Portugal, onde o tecido empresarial é dominado por PME nos setores do comércio, turismo e serviços, o impacto poderá ser gradual, mas relevante. Pequenos negócios, sobretudo em centros urbanos e zonas turísticas, poderão atrair novos clientes ao aceitar pagamentos em ativos digitais através de prestadores regulados.

Para empresas de maior dimensão, abrem-se oportunidades adicionais: programas de fidelização baseados em *tokens*, financiamento de projetos específicos e integração de serviços de custódia e pagamento em criptoativos nas suas plataformas.

Caixa de texto 2 – Novas tendências e oportunidades, exemplos práticos

E-commerce e ponto de venda: consolidação de pagamentos instantâneos e integrados, com experiências em que o cliente paga em segundos sem sair do site ou da app do comerciante.

Soluções Buy Now, Pay Later (BNPL): atribuição de microcrédito baseado em scoring alternativo baseados em dados de conta via open banking, facilitando vendas de maior valor em comércio e serviços.

Oferta de produtos ligados a criptoativos: pagamentos com *stablecoins*, programas de fidelização tokenizados, carteiras digitais integradas em apps de retalho, mas agora sob supervisão do Banco de Portugal e CMVM.

Redução de custos de pagamento e liquidação mais rápida: pagamentos creditados em segundos, melhorando cash-flow e negociação com fornecedores para empresas portuguesas de comércio e serviços.

Criação de experiências omnicanal: o mesmo fornecedor pode combinar conta agregada, crédito instantâneo, carteira digital e programa de pontos numa app própria ou em parceria com *fintechs*, aumentando conversão e ticket médio.

Novos modelos de financiamento e literacia para as empresas

A digitalização financeira está a transformar os mecanismos de financiamento empresarial. Tradicionalmente, as pequenas e médias empresas europeias dependem sobretudo do crédito bancário, mas o

crescimento das *fintechs* e das plataformas digitais está a diversificar as fontes de capital. Surgem modelos como *revenue-based financing*⁷, plataformas de *crowdfunding* e *crowdlending*, soluções digitais de factoring e antecipação de faturas, crédito integrado em plataformas de comércio eletrónico e financiamento no ponto de venda.

⁶ Em Portugal este regulamento foi transposto na Lei n.º 69/2025, que estabelece o enquadramento legislativo e regulatório visando a modernização e regulação dos serviços financeiros (<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/69-2025-992098939>)

⁷ Utilizado por empresas digitais, e-commerce ou negócios com receitas recorrentes, pois permite ajustar o serviço da dívida ao desempenho real do negócio. Este modelo tem sido impulsionado por plataformas *fintech* que utilizam dados operacionais – como histórico de vendas ou fluxos de caixa – para avaliar o risco de crédito de forma dinâmica. Trata-se de uma forma de financiamento intermédia entre empréstimo tradicional e capital de risco, que não exige garantias tradicionais nem diluição acionista.

Estes modelos recorrem frequentemente a dados operacionais em tempo real — como histórico de vendas, volumes de transação ou fluxos de caixa — para avaliar o risco de crédito de forma mais dinâmica. Nos Estados Unidos, este tipo de financiamento alternativo já representa uma parcela relevante do financiamento das pequenas empresas, impulsionado por plataformas digitais e grandes empresas tecnológicas.

Organizações internacionais como o FMI e o World Bank têm sublinhado que estas tecnologias podem reduzir as tradicionais assimetrias de informação no crédito empresarial, facilitando o acesso ao financiamento para empresas de menor dimensão. Em termos estruturais, o financiamento empresarial evolui progressivamente de um modelo baseado em histórico contabilístico para um modelo assente em dados operacionais em tempo real.

Para que tal ocorra, a OCDE considera que é importante apostar na literacia digital e financeira nas empresas. Muitos empresários utilizam hoje ferramentas digitais no seu dia-a-dia, mas continuam a enfrentar dificuldades na avaliação de estruturas de financiamento, na gestão de risco ou na análise comparativa de custos financeiros. Esta lacuna pode limitar a capacidade de tirar partido de novos instrumentos e plataformas.

Conclusão

A convergência entre tecnologia e finanças está a transformar profundamente a forma como as empresas financiam a sua atividade, realizam pagamentos e interagem com clientes e fornecedores. Pagamentos instantâneos, *open finance* e o crescimento das fintechs estão a consolidar uma nova infraestrutura financeira mais aberta, orientada por dados e pela inovação.

Para o setor do comércio e serviços, esta evolução representa uma oportunidade relevante de modernização e reforço da competitividade. No entanto, a concretização desse potencial dependerá de vários fatores estruturais: o reforço da literacia financeira e digital das empresas, um enquadramento regulatório equilibrado que promova simultaneamente inovação e segurança, o apoio à adoção tecnológica pelas PME e o desenvolvimento de infraestruturas financeiras digitais interoperáveis.

Num contexto em que a União Europeia procura afirmar maior autonomia estratégica no domínio financeiro e digital, a capacidade de adaptação do tecido empresarial será um elemento decisivo para transformar esta transição numa vantagem competitiva para a economia europeia. Ou, pelo menos, para não perder esta corrida...

Caixa de texto 3 – Glossário

– Inovação nos Serviços Financeiros e Sistema de Pagamentos

Infraestrutura e Ecossistema

- **Embedded Finance:** Integração de serviços financeiros (pagamentos, crédito, seguros) em plataformas não financeiras (ex: Shopify).
- **Open Banking:** Sistema que permite a partilha de dados financeiros de clientes com terceiros autorizados para serviços personalizados.
- **Open Finance:** Evolução do Open Banking, abrangendo todos os produtos financeiros (investimentos, seguros) para soluções mais completas.
- **Banking-as-a-Service (BaaS):** Bancos que fornecem infraestrutura financeira via APIs para empresas oferecerem serviços "white label".
- **API (Application Programming Interface):** Interface que permite a comunicação entre sistemas; essencial para integrar serviços em plataformas de terceiros.
- **Platform Banking:** Tendência em que plataformas digitais se tornam canais financeiros completos.

Meios de Pagamento e Crédito

- **A2A Payments (Pagamentos Conta a Conta):** Modalidade de transferência direta de fundos entre a conta bancária do pagador e a conta do recebedor, sem a necessidade de cartões de débito ou crédito.
- **Buy Now, Pay Later (BNPL):** Crédito no ponto de venda que permite pagar em prestações, muitas vezes sem juros.
- **Contextual Finance:** Serviços financeiros oferecidos no momento exato da necessidade do utilizador.
- **Payment Gateway:** Sistema que processa pagamentos online, conectando o e-commerce às instituições financeiras.
- **Contactless Payment / Pagamento Sem Contato:** Transações via NFC (cartões ou dispositivos móveis) sem inserção física do cartão.
- **Mobile Wallet / Carteira Digital:** Aplicação que armazena cartões e permite transações digitais e contactless (ex: Apple Pay, Google Wallet).
- **Invisible Payments / Pagamentos Invisíveis:** Pagamentos automáticos sem interação direta (ex: Uber, Amazon Just Walk Out).
- **Real-Time Payments: Sistemas de transferências instantâneas disponíveis 24/7 (ex: SEPA Instant, Pix).**
- **Revenue-Based Financing (RBF):** Modelo de financiamento onde o reembolso é feito através de uma percentagem variável da receita bruta da empresa. É ideal para negócios digitais com receitas recorrentes, permitindo acesso rápido a capital sem diluição de capital próprio (equity) e com flexibilidade de pagamento ajustada ao desempenho real das vendas.
- **Utility tokens:** são criptoativos que concedem aos seus detentores acesso a um produto, serviço ou funcionalidade específica dentro de uma plataforma digital, mas que não representam participação no capital da entidade emissora nem direitos financeiros equivalentes aos de um título tradicional. ●

Fonte: Glossário elaborado com o apoio de ferramentas de IA generativa (ChatGPT e Gemini)

OS DESAFIOS



CRESCIMENTO ECONÓMICO : UM DESAFIO MULTIFACETADO

Portugal depara-se com a dificuldade em renovar o seu crescimento económico , num contexto externo muito mais difícil do que nas décadas de forte crescimento mundial, em que Portugal cresceu pouco ou estagnou. E essa renovação terá que se realizar com uma população cada vez mais idosa, com menor ritmo de crescimento da população em idade ativa e da população jovem.

Este apontamento representa um contributo para identificar um percurso de retoma do crescimento com 3 Elementos:

1º Elemento-Especialização Internacional e Dinâmica de Atividades

Orientação- Portugal uma plataforma de Serviços Intensivos em Conhecimento e Criatividade e de consolidação de Indústrias de Média e Alta Tecnologia (mobilidade, aeroespacial, engenharia oceânica, tecnologias da informação, saúde e biotecnologias), contando com atraíam investimento internacional, potenciado pelo trabalho qualificado, os recursos do Oceano e do Espaço. E contando com Indústrias Criativas, Artes e Espetáculo e Valorização Cultural do Património Histórico, material e imaterial, atividades geradoras de emprego qualificado e multiplicadoras de talentos (e complementares ao Turismo).

2º Elemento-Aprofundamento e Diversificação da Inserção Geoeconómica do País

Portugal passará a entender-se como um País que, a par da integração plena na União Europeia , diversifique as suas parcerias internacionais em duas direções:

a) Países desenvolvidos com maior potencial de inovação tecnológica - e referiríamos - fora da Europa - os EUA e o Japão e - dentro da Europa- os Países nórdicos e o Reino Unido

b) Países do Sul Global com quem temos um relacionamento mais próximo - os Estados Membros da CPLP - tendo em conta as oportunidades de colaboração de Portugal com Estados Observadores da CPLP com potencial tecnológico e económico para apoiar a dinamização das economias e das sociedades em África. Refirmo-mos aos EUA, ao Japão, à Índia e ao Qatar, que são Estados Observadores da CPLP.

3º Elemento - Um programa de investimento em infraestruturas e serviços de conectividade e em acessibilidades

que suporte essa nova Especialização Internacional e a diversificação de Inserção Geoeconómica pretendida. Nesse Programa poderíamos destacar:

- **O Investimento em Telecomunicações e na presença no Ciberespaço** - e respetivas infraestruturas de apoio - como área de suporte a uma especialização da RLVT em serviços intensivos em conhecimento e criatividade, a colocar no mercado internacional.
- **O novo Aeroporto de Lisboa** com funções de Hub intercontinental articulado com densidade de rotas na Europa, aeroporto que se destaque na Europa e na Península Ibérica, articulado com o investimento futuro da TAP - com o seu novo parceiro internacional, - nas linhas de longa distância (América do Norte, Medio Oriente, Africa e Extremo Oriente).
- **Os investimentos na Área dos Portos - Lisboa e Setúbal** - necessários nomeadamente para viabilizar o **Transporte Marítimo de Curta Distância para a Europa**, como componente necessária da conectividade global futura do País. Em paralelo com o investimento na reconstituição gradual de uma marinha mercante - no que respeita ao transporte de mercadorias - e que esteja sediada em Portugal
- **Um investimento continuado na mobilidade elétrica**, com o Estado a co-financiar a eletrificação dos transportes públicos e do transporte rodoviário de longo curso - com um acompanhamento pelas Escolas de Engenharia das diversas tecnologias que se propõe revolucionar essas áreas do transporte rodoviário - que se poderá tornar mais competitivo pela sustentabilidade reforçada, obtida com menor investimento infraestrutural, quando comparado com soluções de outras formas de transporte terrestre. ●

OS DESAFIOS



A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A POSSIBILIDADE DE UMA "BOLHA ESPECULATIVA"

O advento da inteligência artificial criou um "mundo" de oportunidades e desenvolvimento inovativo sem paralelo na história da humanidade. Porém, os recursos necessários e investimento para o seu desenvolvimento e crescimento e as dúvidas sobre o retorno do investimento estão a provocar o receio da ocorrência de uma bolha especulativa de grandes proporções.

Apesar de apenas nos últimos anos se ter começado a falar em inteligência artificial (IA), esse conceito já existe desde os anos 50, com a criação do teste Turing, um método de avaliação para determinar se as máquinas exibem inteligência indistinguível da inteligência humana, por Alan Turing, o criador do computador moderno, e da Conferência de Dartmouth, realizada em 1956, e de onde saiu pela primeira vez o termo Inteligência Artificial. No entanto, o grande passo em frente da AI aconteceu em 1997, quando o computador *Deep Blue*, criado pela IBM, venceu num jogo de xadrez o campeão Garry Kasparov, sendo o primeiro computador a processar informação de forma mais rápida que o cérebro humano.

Com a entrada no século XXI, o desenvolvimento da IA entrou numa fase de desenvolvimento rápido, motivado pelo aumento de dados (devido a uma maior utilização da internet, ao aumento dos sensores e ao aumento das bases de dados online), o aumento da capacidade e rapidez de processamento de informação dos computadores e servidores e a melhoria dos algoritmos (que aumentou a efectividade das redes neuronais e permitiu aumentar e melhorar a aprendizagem da IA), levando a que a IA pudesse ser utilizada em sondas espaciais (como os rovers *Spirit* e *Opportunity*, enviados pela NASA para explorar o planeta Marte em 2004), a invenção do Watson em 2011 (que à semelhança do *Deep Blue*, foi utilizado para processar informação de forma mais rápida que o cérebro humano, mas sobre questões de cultura geral, em 2011), e a invenção de assistentes virtuais com IA, como o Siri (da Apple) e a Alexa (da Amazon), também em 2011.

Já a partir da década de 20, o crescimento da IA foi ainda mais rápido devido aos avanços da IA generativa (que possibilitou que a IA processe texto, imagens e vídeos graças à utilização de comandos de texto), permitindo que a IA aprenda de forma gradual com a pesquisa contínua da informação (artigos, documentos, imagens, vídeos) na internet.

O lançamento mundial em 2022 do Chat GPT, da empresa Open AI foi um marco histórico no desenvolvimento e utilização massiva da IA. O Chat GPT é um *chatbot* que gera texto, imagens, códigos e ideias, possibilitou o seu acesso livre a milhões de utilizadores no mundo. O Chat GPT é utilizado como um assistente virtual para criar, aprender e resolver problemas através da resposta rápida às questões colocadas, em vários idiomas. Três anos depois do seu lançamento (em 2025), e de acordo com o *Visual Capitalist*, o ChatGPT foi o quinto website mais visitado nos EUA

(com 5,5 mil milhões de visitas), depois do Instagram (6,1 mil milhões de visitas) e à frente do Reddit (5,1 mil milhões de visitas).

Observou-se que nos últimos anos o número de novos *chatbots* específicos para as mais variadas áreas (como por exemplo, o Claude (editor de texto), Figma (criação de websites), Base 44 (para a criação de aplicações), Canva (criação de imagens) ou Gamma (para criar apresentações em Powerpoint), de utilização gratuita, tem aumentado de forma gradual, o que também tem contribuído para a massificação da sua utilização.

O desenvolvimento e criação de novas aplicações de IA tem sido feito recorrendo a centros de dados e servidores de elevada capacidade um pouco por todo o mundo. No entanto, a esmagadora maioria encontra-se no Hemisfério Norte.

De acordo com o relatório do Banco Mundial *Digital Progress and Trends Report 2025: Strengthening AI Foundation*, de 2025, as principais conclusões do relatório referem que "Em 2024, 50% dos servidores seguros de internet a nível mundial estavam nos Estados Unidos, 41% encontravam-se noutros países de alto rendimento (HICs) e apenas 9% no resto do mundo. Em termos per capita, os Estados Unidos possuem 200 vezes mais servidores do que os países de rendimento médio típicos (MICs) e 20 000 vezes mais do que os países de baixo rendimento (LICs).

Em junho de 2025, os países de alto rendimento (HICs) representavam 77% da capacidade global de centros de dados de co-location (centros que permitem às empresas alugar espaço físico, energia, refrigeração e segurança num data center terceiro para instalar os seus próprios servidores e equipamentos de rede). Os países de baixo e médio rendimento (LICs e MICs) representavam apenas 23%, sendo 18% nos países de rendimento médio-alto (UMICs), 5% nos países de rendimento médio-baixo (LMICs) e menos de 0,1% nos países de baixo rendimento (LICs).

Em 2023, 87% das exportações globais de computação em nuvem tiveram origem nos Estados Unidos, destinando-se predominantemente aos países de alto rendimento (aproximadamente 84% em 2023), onde a procura está concentrada, enquanto os restantes 16% foram para países de rendimento médio (MICs). Uma percentagem negligenciável, próxima de zero, destina-se a países de baixo rendimento (LICs)."

Figura 1 - Os centros de dados mundiais por país (2026)

País	Data Centers
USA	3,960
Reino Unido	498
Alemanha	470
China	365
França	335
Canadá	285
Índia	275
Austrália	268
Japan	249
Italy	206
Brazil	198
Spain	189
The Netherlands	186
Indonésia	184
Rússia	178

Fonte: <https://www.visualcapitalist.com/mapped-countries-with-most-data-centers/>

Analisando a figura 1, observa-se a clara hegemonia dos EUA em relação aos restantes 15 países com maior número de centros de dados, tendo quase 4.000 centros de dados. É possível verificar também que de entre os 16 países com mais centros de dados, existem 5 países membros da UE, a que correspondem 1.386 centros de dados.

Recursos necessários para o "crescimento" da IA

Para permitir o processo de melhoria contínua e o aumento da utilização da IA vai ser necessários investimentos avultados em infraestruturas, energia e matérias primas.

Recursos energéticos

Os recursos de energia necessários para suportar toda a infraestrutura necessária para assegurar o crescimento da IA são enormes.

De acordo com o artigo "We did the math on AI's energy footprint. Here's the story you haven't heard", do MIT Technology review, "Entre 2005 e

2017, a quantidade de electricidade consumida pelos centros de dados manteve-se relativamente estável graças a ganhos de eficiência, apesar da construção de um enorme número de novos centros de dados (...). Em 2017, a IA começou a mudar tudo. Os centros de dados passaram a ser construídos com hardware intensivo em energia concebido para IA, o que levou a que o consumo de electricidade destes centros duplicasse até 2023. Os relatórios mais recentes mostram que 4,4% de toda a energia consumida nos Estados Unidos é agora destinada a centros de dados.

Os centros de dados nos Estados Unidos consomem cerca de 200 terawatts-hora de electricidade em 2024, aproximadamente o equivalente ao necessário para abastecer a Tailândia durante um ano.

Estima-se que os servidores especificamente dedicados à IA nesses centros de dados tenham consumido entre 53 e 76 terawatts-hora de electricidade. No limite superior dessa estimativa, isso é suficiente para abastecer mais de 7,2 milhões de casas norte-americanos durante um ano."

De acordo com o mesmo artigo "As novas projeções publicadas em dezembro pelo Lawrence Berkeley National Laboratory, prevêem que até 2028 mais de metade da eletricidade consumida pelos centros de dados será utilizada para IA. Nessa altura, só a IA poderá consumir anualmente tanta eletricidade quanto 22% de todos os lares dos Estados Unidos".

Para poder fazer face ao aumento expectável do consumo energético, as maiores multinacionais definiram uma estratégia para assegurar os recursos energéticos necessários e já estão a implementar essa estratégia, através do investimento na construção de novas centrais energéticas.

No início de Janeiro de 2026, a Meta, empresa que detém as redes sociais Facebook, Instagram e WhatsApp e que utiliza o chatbot Meta AI, anunciou o estabelecimento de parcerias com as empresas Vistra Corporation., TerraPower e Oklo para o aumento da produção de energia nuclear em centrais existentes e a construção de novos reactores nucleares de forma a assegurar até 6,6 GW de energia até 2035.

A OpenAI (que detém o Chat GPT), em Setembro de 2025, anunciou um acordo com a Oracle, Nvidia e o SoftBank, para assegurar a produção de energia equivalente à produção de 17 centrais nucleares. De acordo com o artigo da CNBC de 24 de Setembro de 2025, "Sam Altman on worries about OpenAI's \$850 billion in planned buildouts: 'I totally get that', o acordo tem "um custo aproximado de 50 mil milhões de dólares por instalação, os projetos da OpenAI totalizam cerca de 850 mil milhões de dólares em investimento, quase metade do aumento global de 2 biliões de dólares em infraestruturas de IA que o HSBC prevê actualmente".

Também a Google anunciou o estabelecimento de uma parceria, em Maio de 2025, com a Elementl Power para preparar a construção de três centrais nucleares nos EUA, com uma capacidade instalada de 1.800 MW no total, até 2035.

De acordo com o artigo da World Nuclear News, intitulado "Google to fund development of three nuclear power sites", "A Elementl Power, fundada em 2022, pretende instalar mais de 10 gigawatts de energia nuclear nos Estados Unidos até 2035". Ainda de acordo com o mesmo artigo, "Já em Outubro de 2024, a Google assinou um acordo com a Kairos Power para comprar eletricidade proveniente dos seus reactores modulares pequenos de alta temperatura arrefecidos a sal fundido, capazes de atingir até 500 MW de capacidade até 2035".

No caso da Amazon, de acordo com o site Amazon news, em Outubro de 2024, a empresa anunciou acordos com a Energy Northwest, no Estado de Washington, para o desenvolvimento de quatro pequenos reactores nucleares modulares avançados (SMR), podendo gerar até 960 MW (o suficiente para abastecer o equivalente a mais de 770.000 casas nos EUA), e com a Dominion Energy no Estado da Virgínia, para o desenvolvimento de um pequeno reactor modular (SMR) próximo da central nuclear North Anna Nuclear Power Station, aumentando a sua produção em pelo menos 300 megawatts de eletricidade.

Recursos Minerais

Para além dos enormes recursos energéticos necessários para suportar a infraestrutura existente e a que vai ser necessário construir para suportar o aumento de utilização da IA, vão ser necessários minérios e recursos naturais para construir semicondutores, servidores, circuitos electrónicos e sistemas de arrefecimento.

De acordo com o artigo do Council on Foreign Relations, de Janeiro de 2026, intitulado "The AI Bubble Is Getting Closer to Popping", "Em 2025, as tarifas aduaneiras elevaram ainda mais o custo de muitos produtos e equipamentos provenientes do estrangeiro. Taxas punitivas de 50% sobre aço, alumínio e fios de cobre atingem de forma desproporcionada transformadores pesados em metal, linhas eléctricas e torres de transmissão. As baterias de armazenamento de eletricidade utilizadas pelas empresas de serviços públicos, que provêm quase todas da China, enfrentam tarifas ainda mais elevadas".

De acordo com o U.S. Geological Survey (USGS), a produção de semicondutores nos EUA "depende 100% de importações de arsénio, fluorite, gálio, germânio, índio e tântalo utilizados na produção de chips. O país também importa 85% da sua platina e 36% do seu paládio, sendo ambos materiais críticos para o fabrico de semicondutores. Apenas no caso do silício a percentagem de importação diminui para 50%".

Quer as placas de servidores quer os circuitos electrónicos requerem uma vasta gama de metais condutores e metais preciosos. Os EUA "importam 64% da sua prata e 73% do seu estanho, ambos essenciais para soldadura e condução eléctrica. O cobre, fundamental para cablagem e conectividade, apresenta uma dependência de importação de 45%. O tântalo, utilizado em condensadores, é 100% importado".

Já os dissipadores de calor, essenciais para assegurar o arrefecimento dos sistemas, necessitam de alumínio (47% de dependência de importação) e de cobre (45%).

Entretanto, os componentes de armazenamento de dados, como ímanes e unidades de armazenamento, dependem de elementos de terras raras, com 80% de dependência de importações. A barita, utilizada em aplicações relacionadas com armazenamento, apresenta também uma dependência superior a 75%.

Os receios de uma bolha financeira

De forma a aumentar a produção de energia e a construção de novos centros de dados para suportar o desenvolvimento e crescimento da IA vão ser necessários investimento financeiro avultados, existindo dúvidas sobre a sua viabilidade e retorno financeiro.

De acordo com o artigo da Forbes, intitulado *The State Of The \$1.7 Trillion AI Bubble: The End Of Thinking*, de 27 de Fevereiro de 2026, prevê-se que sejam necessários 1,7 biliões de dólares em investimento em centros de dados a nível mundial até 2030.

"Com pelo menos 670 mil milhões de dólares a serem investidos só este ano (2026) pela Microsoft, Amazon, Meta e Google, a expansão da construção de centros de dados é maior do que a expansão ferroviária da década de 1850 ou do que o programa que colocou astronautas na Lua nos anos 1960. (...) Wall Street começa a preocupar-se com o impacto potencial destes milhões e milhares de milhões. Uma percentagem recorde de gestores de fundos considera agora que as empresas estão a investir em excesso, o que poderá refletir uma crescente preocupação não apenas com as despesas de capital (CAPEX) das gigantes tecnológicas em centros de dados, mas também com os gastos das empresas na integração da IA nas suas infraestruturas informáticas existentes.

De acordo com o artigo do The Guardian, "The AI bubble will pop. It's up to us to replace it responsibly", de Janeiro de 2026, "Quase 80% das subidas bolsistas em 2025 concentram-se em apenas sete empresas — Alphabet Inc., Amazon, Apple, Meta Platforms, Microsoft, NVIDIA e Tesla — todas a competir pelo controlo da cadeia completa de valor da IA que poderá sustentar o nosso futuro comum: hardware, software, dados, energia e infraestruturas. Isto não se trata apenas de quota de mercado; trata-se de quem decide como milhares de milhões de pessoas aprendem, criam e

veem o mundo. Um nível de concentração desta magnitude deveria preocupar-nos a todos.

Tal como nos dias da bolha Dot-com (que ocorreu entre 1994 e 2000, provocando prejuízos de 1,7 biliões de dólares em valor de mercado e um impacto de 5 biliões de dólares na economia em geral), as avaliações bolsistas estão a disparar sem caminhos claros para a rentabilidade. As empresas vendem a fantasia de que a IA substituirá trabalhadores humanos, apesar de 95% das experiências de IA dentro das empresas nunca chegarem à fase de produção. E em vez de desenvolver ferramentas de interesse público que ampliem o potencial humano, grande parte da indústria está a produzir aquilo que Cory Doctorow chama "resíduo produtivo" — uma enxurrada de media sintética, desinformação e deepfakes".

De acordo com o artigo da CNBC "Bill Gurley on AI bubble: A bunch of people got rich quick and a reset is coming" de Março de 2026, "A IA tem ameaçado perturbar vários segmentos da economia, mas as acções de empresas de software têm sido particularmente afectadas recentemente. A Salesforce e a ServiceNow perderam cada uma cerca de 25% até agora em 2026. O ETF iShares Expanded Tech-Software Sector (IGV), que geralmente acompanha o sector, está em queda de cerca de 20% este ano.

As empresas tecnológicas estão a investir a ritmos recorde, devido aos investimentos massivos em infraestrutura de IA e ao aumento exponencial dos custos de memória. Os gastos em IA da Amazon, Meta Platforms, Google e Microsoft estão projetados em cerca de 700 mil milhões de dólares este ano".

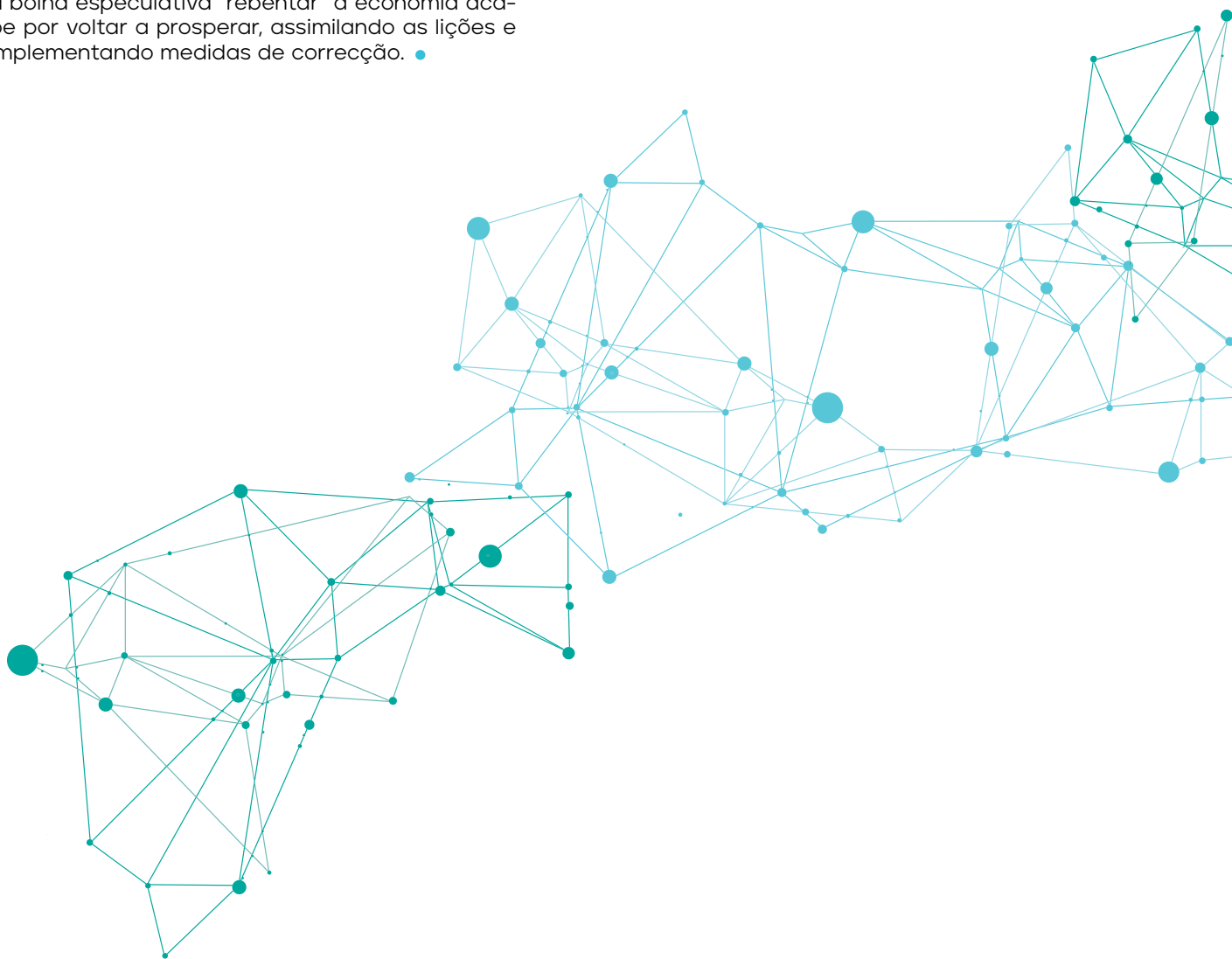
Ainda de acordo com o artigo do The Guardian, "The AI bubble will pop. It's up to us to replace it responsibly", de Janeiro de 2026, apesar dos receios da ocorrência de uma "bolha" especulativa de 1,7 triliões de dólares (o equivalente a 1,48 triliões de euros) rebentar dentro de pouco tempo, o mesmo artigo refere a existência de um modelo alternativo, a exemplo do que aconteceu após a bolha das dot.com rebentar.

"Em todo o mundo, programadores de código aberto e empresas orientadas por missão estão a construir infraestruturas partilhadas para uma IA fiável — transparentes, auditáveis e adaptáveis localmente. Estão a demonstrar que a inovação não precisa de depender do controlo monopolista dos dados".

Conclusões

Face aos montantes de investimento a uma escala nunca vista e ás dúvidas existentes sobre a viabilidade dos investimentos e o seu retorno, os receios da ocorrência de uma bolha especulativa vir a ocorrer em breve poderão tornar-se efectivos, sobretudo tendo em conta o contexto de enorme instabilidade internacional devido ao impacto do aumento das tarifas comerciais impostas pelos EUA e a diminuição do número de migrantes nos EUA, bem como devido aos conflitos militares que actualmente decorrem, e que têm provocado um aumento dos preços da energia que, dependendo da duração dos conflitos militares, poderão afectar a economia mundial.

Apesar deste cenário pessimista, e tendo em conta a experiência após a ocorrência de outras bolhas especulativas (como a das dotcom), após um período de instabilidade as empresas sobreviventes e os mercados souberam ajustar-se e implementar uma série de medidas que permitiram a recuperação quer do sector tecnológico quer da economia em geral, pelo que é expectável que se a bolha especulativa “rebentar” a economia acabe por voltar a prosperar, assimilando as lições e implementando medidas de correcção. ●





Nova Dinâmica

Para um crescimento sustentável

BOLETIM N.º #24 MARÇO 2026

Ficha Técnica:

Textos produzidos com a colaboração de:

Armando Silva
Félix Ribeiro
Helena Leal
Hugo Oliveira
Isabel Francisco
José António Cortez
Sérgio Lorga

A informação utilizada reporta a 10 de Março de 2026.
Comentários e sugestões para:
ccp@ccp.pt



CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

Cofinanciado por:

